

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2002**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Srs. Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia em Matéria de Educação;**-----  
 -----**2. Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Condições de Habitabilidade;**-----  
 -----**3. Plano de Pormenor da Augi 24 da Ribeira do Marchante;**-----  
 -----**4. Contribuição Autárquica – Fixação da Taxa a Aplicar na Liquidação Respeitante a 2002;**-----  
 -----**5. Alteração das Condições do Empréstimo Contratado pela Câmara Municipal de Sesimbra no Valor de 1 Milhão de Contos;**-----  
 -----**6. Variante Covas da Raposa /Porto de Abrigo.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, José Carlos Ferreira Ezequiel, António Jorge Pinto Alves, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, José Almeida Marques, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Nelson Duarte Carneiro Fernandes, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Germano Óscar Amorim Barros, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte, Félix Manuel Perneco Rapaz .-----

-----Comprovada a existência de quorum, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos,

Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro Costa, Manuel Adelino Januário Bernardino e José Manuel Lobo da Silva. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou depois que os Membros Sérgio Paulo Gomes Pereira, eleito pela Lista do Partido Socialista e Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, da Lista da Coligação Democrática Unitária, haviam comunicado as suas substituições, tendo convocado, pela Lista do Partido Socialista o Membro José Almeida Marques, pela Lista da Coligação Democrática Unitária, o Membro Nelson Duarte Carneiro Fernandes. -----

-----Havia pedido a suspensão pelo período de três meses o Membro Américo Manuel Machado Gegaloto, pelo que perguntou ao plenário se aceitava o seu pedido, não havendo qualquer objecção o pedido de suspensão foi aceite, tendo sido substituído pelo Membro Maria Albertina Oliveira .----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e três presenças. -----

-----Comunicou depois que a acta da Assembleia Municipal de 24 de Maio, haviam sido enviadas aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, perguntando se haviam algumas sugestões de alteração a fazer ao texto.-----

-----Não havendo nada a opor, o texto final da acta foi considerado aprovado. -----

-----Informou que a acta de 21 de Junho tinha sido entregue naquele dia aos líderes de bancada, seguidamente pediu que reservassem nas agendas o dia 13 de Dezembro para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, que tinha que ser agendada para apreciação do Plano de Actividades e Orçamento para 2003. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, este fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntou ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Aberto o Período “**Antes da Ordem do Dia**” o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Membro Fernando Marques Antunes iria fazer um relato de um Encontro de Autarcas em Santarém e que conclusões desse encontro tinham sido enviadas aos líderes de bancada.-----

-----Usou da palavra o **Membro Fernando Marques Antunes** que disse ter tomado conhecimento daquele 4º encontro, quer através do seu partido quer através da comunicação social, portanto tinha participado naquele evento que o seu partido reputava de extrema importância dado a

conjuntura actual e no qual tinha registado uma impressionante participação de mais de mil autarcas, desse Encontro Nacional de Autarcas tinha saído uma Declaração Final que passou a ler. -

-----**DECLARAÇÃO FINAL**-----

-----1. *Salientando que o crescimento do investimento dos Municípios é claramente superior ao crescimento da respectiva despesa corrente, (vide Anuário Estatístico de Portugal, do INE), o que contraria frontalmente as acusações de despesismo que têm vindo a ser feitas aos Municípios, -----*

-----2. *Sublinhando que a capacidade de transformar Receitas Correntes em Investimentos é muito maior nas autarquias do que na Administração Central, traduzindo-se em conseguir, com pouco mais de 10% da Receita do Estado, realizar cerca de 45% do investimento público nacional e assegurar cerca de 18% do emprego público; -----*

-----3. *Considerando que a autonomia do Poder Local, constitucionalmente consagrada, não deve ser posta em causa por medidas avulsas anualmente inseridas em cada Lei do Orçamento de Estado; -----*

-----4. *Constatando que, na Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, esta prática é retomada, ao ser suspensa a aplicação da Lei de Finanças Locais, no seu artigo 24º. (características de endividamento municipal); -----*

-----5. *Considerando que o estabelecimento casuístico e anual de limites à capacidade de endividamento põe em causa a autonomia financeira das autarquias locais, nas suas várias vertentes de previsibilidade, planeamento e elaboração orçamental, e que a autonomia financeira das autarquias não é compatível com um quadro moveção, com negociações, renegociações, pressões e cedências, periodicamente levadas a cabo pelos intervenientes no processo orçamental; -----*

-----6. *Salientando que assistimos agora a um esvaziamento de conteúdo do princípio da autonomia financeira ou - , ao seu preenchimento casuístico e temporário, inovação que constituiu um retrocesso na evolução do quadro financeiro autárquico do actual Estado de Direito Democrático; -----*

-----7. *Salientando que a Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, aprovado por este mesmo Governo, em Maio, já estabelecia a impossibilidade do aumento do endividamento dos Municípios, mas definia como excepções os novos empréstimos destinados a Habitação Social, a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários e ao Euro-2004 (futebol); -----*

-----8. *Sublinhando que a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, no seu art.º 18.º,*

*define como única exceção ao aumento do endividamento líquido dos Municípios, os novos empréstimos destinados ao euro -2004, deixando de ser exceções a Habitação Social e as obras cofinanciadas por Fundos Comunitários; -----*

*-----9. Insistindo que esta estranha prioridade nacional definida pelo Governo, sendo legítima, é no mínimo muito discutível, sendo mesmo incompreensível e inaceitável; -----*

*-----10. Considerando que o Governo criou expectativas, nomeadamente através de intervenções públicas do Senhor Primeiro - Ministro, de que as restrições ao endividamento estabelecidas na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2000 não seriam agravadas em 2003, o que não veio a acontecer, como agora se constata; -----*

*-----11. Salientando que os Municípios, responsabilmente, revelaram a sua disponibilidade e empenhamento em participarem no esforço nacional para conter o défice orçamental do estado, quer aceitando desde logo sujeitar-se às limitações ao endividamento que vierem a ser estabelecidas na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002, quer assumindo a possibilidade de diminuir a sua capacidade de endividamento; -----*

*-----12. Reafirmando que, face a essa disponibilidade e empenhamento dos Municípios, não se podem agora sujeitar as populações a ainda maiores sacrifícios na sua qualidade de dívida, que ultrapassam aquilo que estava definido na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002; -----*

*-----13. Constatando que, por via do montante global de amortizações, o qual deverá rondar os 250 milhões de euros (cerca de 50 milhões de contos) , ficarão de fora cerca de 5 dezenas de Municípios - que não terão acesso a quaisquer novos empréstimos; -----*

*-----14. Sublinhando que o Governo pretende aumentar o seu endividamento até 6 347 900 000 euros (cerca de 1 300 milhões de contos) – um crescimento de cerca de 25% (artigos 58.º e 59.º da Proposta de Lei) , enquanto proíbe os Municípios de aumentarem o seu endividamento, apesar de este representar apenas cerca de 2% da dívida pública ( contra cerca de 98% da Administração Central) ; -----*

*-----15. Reafirmando que estas medidas implicarão a paralisação, quer da construção da Habitação Social em todo o País (incluindo o Plano Especial de Realojamento) quer mesmo da aquisição de milhares de fogos já construídos, que ficarão abandonados, e ainda a criação de um “buraco” de cerca de 100 milhões de euros(20 milhões de contos) no próprio INH, montante que os Municípios ficarão impedidos de pagar àquele Instituto; -----*

-----16. Insistindo que poderão ter de ser devolvidos à União Europeia dezenas de milhões de euros referentes a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários que não poderão ser iniciadas; --

-----17. Confirmando que ficará paralisado o desenvolvimento dos equipamentos para a Educação Pré-escolar e 1º. Ciclo do ensino básico, que tinham sido recentemente acordados com o Ministério da Educação; -----

-----18. Sublinhando que, ao recorrerem ao crédito, os Municípios estão meramente a antecipar a qualidade de vida dos cidadãos; -----

-----19. Tendo em conta que os resultados do abrangente e significativo estudo de opinião, realizado a nível nacional, confirmam as posições da ANMP em relação à necessidade de os Municípios poderem ver garantido o financiamento das obras cofinanciadas por Fundos Comunitários e para Habitação Social; -----

-----20. Sublinhando que o mesmo estudo de opinião confirma a confiança inequívoca que a larga maioria de portugueses deposita na capacidade de realização do Poder Local e na gestão municipal; -----

-----21. Os milhares de eleitos locais reunidos em Santarém, em 11 de Novembro de 2002, no IV Encontro Nacional de Autarcas, em representação de Assembleias e Câmaras Municipais, Assembleias e Juntas de Freguesia de todo o País, que : -----

-----a) A suspensão de fontes de financiamento aos municípios representa para as populações sacrifícios na sua qualidade de vida, através de menos escolas, menos jardins, menos estradas, menos apoios às colectividades, às instituições de solidariedade social e aos bombeiros, pelo que os Municípios e Freguesias, em reuniões das Assembleias e Câmaras Municipais, das Assembleias e Juntas de Freguesia, deverão debater e avaliar a situação que está a ser criada e os seus efeitos concretos no Concelho, divulgando-os, pelos meios que considerem mais adequados, junto dos cidadãos e da sociedade civil, -----

-----b) O despesismo não é característico da actuação das autarquias locais, as quais, pelo contrário e segundo todos os dados oficiais, reforçam cada vez mais o peso do investimento em prejuízo das despesas correntes, sendo ainda evidente e imediato, que aquilo que é feito pelo Poder Local – mês após mês, ano após ano, em todas e em cada terra – é sempre incomparavelmente superior ao que quer que seja feito pela Administração Central – infra-estruturas, equipamentos colectivos e sociais, habitação e urbanismo, etc. etc. -----

-----c) *O artigo 18º. da proposta de Lei do Orçamento de estado para 2003, é injusto, discriminatório e absolutamente inadequado à realidade do país, devendo ser rejeitado em absoluto;*-----

-----d) *O conjunto de cerca de 50 Municípios que ficaria impossibilitado de recorrer a qualquer tipo de crédito, com a aprovação desta Proposta de Lei, não pode ter um tratamento discriminatório;*-----

-----e) *É necessária a criação de condições para financiamentos destinados à Habitação Social e a obras cofinanciadas por Fundos Comunitários;*-----

-----f) *É indispensável que seja facultado o acesso a novos empréstimos, de forma proporcional entre o Governo e os Municípios, tendo em conta os até cerca de 1.300 milhões de contos de endividamento que a Proposta de Lei reserva exclusivamente para o governo;*-----

-----g) *O Governo – tendo em vista assegurar a maior transparência e evitar que possa haver privilegiados, em situações de crise – deverá tornar público todos os valores de contratos-programa, protocolos, acordos de colaboração, etc... celebrados entre cada Ministério e cada Município;*-----

-----h) *Os Municípios reafirmam a sua disponibilidade e empenhamento em participar no esforço nacional para superar a crise orçamental, nos termos já definidos na Lei do Orçamento (Rectificativo) para 2002;*-----

-----i) *O Estado como pessoa que se supõe de bem, tem de garantir a estabilidade do planeamento e da gestão autárquica, assegurando o valor reforçado de legislação estruturante – caso da Lei de Finanças Locais - em prejuízo de medidas conjunturais, umas para 2002, outras para 2003 e assim sucessivamente;*-----

-----j) *O respeito pela autonomia do Poder Local implica a garantia dos meios financeiros que os princípios constitucionais e a lei garantem;*-----

----- E perante este conjunto de situações e reafirmando os princípios atrás enunciados, decidem:

-----I *Reafirmar a defesa intransigente da autonomia do Poder Local;*-----

-----II *Apelar ao Governo e à Assembleia da República que corrijam, em nome do interesse nacional e do bom senso, o artigo 18º. da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003, no sentido já apontado por este Encontro;*-----

-----III *Reafirmar o papel fundamental, empenhado e insubstituível dos Municípios e Freguesias*

*no desenvolvimento do País, através da descentralização, evidenciando contudo que, sem as devidas correcções já referidas, não haverá condições para a aceitação de quaisquer novas competências pelas autarquias;*-----

-----*IV Iniciar o processo tendente à declaração de inconstitucionalidade das normas contidas no já citado artigo 18.º;*-----

-----*V Proceder ao devido esclarecimento das populações, através de todos os órgãos autárquicos, tornando claro que a responsabilidade pelos investimentos concretos que vão deixar de ser executados, não será dos Municípios e Freguesias, mas daqueles que os impedem de concretizar tais investimentos;*-----

-----*VI Apoiar o estudo do Concelho da Europa sobre o estado da Democracia Local em Portugal;*-----

-----*VII Apresentar processos contra o Estado, por violação de compromissos assumidos.*-----

-----*VIII Reafirmar que o papel histórico no Poder Local na construção do desenvolvimento em Portugal é garantia segura da opção, no presente, de continuar a trabalhar para a elevação da qualidade de vida dos portugueses, para a dinamização das economias locais e nacional, para a promoção do emprego e a criação de riqueza. O Governo de Portugal tem de assumir verdadeiramente e de uma forma empenhada e parceira, a força e a capacidade de realizar do Poder Local, com especial empenho nestes tempos de congregação de energias e capacidades, para que sejamos capazes de cumprir compromissos com a União Europeia, com os portugueses e com as gerações vindouras. Como sempre e agora mais que nunca, o Poder Local diz presente à construção de mais e melhor futuro.*-----

-----*Seguidamente informou que aquela declaração final tinha sido aprovada por aclamação.*-----

-----*Usou da palavra o **Membro João Paulo Dionísio** que disse que a sua intervenção ia no sentido de interrogar a Câmara Municipal sobre um acontecimento que provavelmente já era do conhecimento geral de todos os munícipes, e que se prendia com o encerramento das Villas de Sesimbra.*-----

-----*Em primeiro lugar gostaria de saber se fosse possível, qual a verdadeira razão para o encerramento das Villas de Sesimbra.*-----

-----*Em segundo lugar qual a relevância ou impacto que um acontecimento daquela ordem tinha a curto ou médio prazo, em termos turísticos na Vila de Sesimbra.*-----

-----Em terceiro lugar gostaria de saber qual a situação dos trabalhadores que tinham caído no desemprego, porque era uma situação muito preocupante uma vez que haviam pessoas já com alguma idade e que sempre tinham trabalhado naquele ofício. -----

-----Por último, pensava que era do conhecimento geral, que naquele espaço existiam um número elevado de jovens, mais ou menos quatrocentos inscritos, que tinham ficado privados dum espaço fabuloso, onde praticavam actividades desportivas, de lazer, e até uma actividade que no Concelho de Sesimbra nunca tinha existido, ginástica para crianças e para bebés em piscina, só para essa actividade andavam cerca de cento e cinquenta a duzentos inscritos, portanto era uma situação que achava que devia ser esclarecida se fosse possível e que ele agradecia. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que disse que gostava de pedir à Câmara Municipal alguns esclarecimentos sobre algumas questões que o preocupavam, e a primeira questão prendia-se com algumas intervenções que estavam a ser levadas a efeito no Bairro D. Afonso Henriques.-----

-----Gostaria também de saber, tendo em consideração também a Lei da Estabilidade Orçamental que vinha impedir empréstimos, ou endividamentos das autarquias, como é que estavam no âmbito da Habitação Social, e assim sendo quais é que tinham sido os passos para tentar concretizar aquele anseio das populações e as promessas que todos eles tinham feito. -----

-----A segunda questão, que já tinha alertado ali na última assembleia, era a questão dos abrigos, nomeadamente as paragens do Concelho em zonas de grande tráfego, e o que se assistia de facto é que estavam a ser colocados alguns dos abrigos, mas a remoção dos antigos ainda não tinha sido feita. -----

-----A terceira questão prendia-se com aquilo que ainda à pouco tinha sido falado, o encerramento duma unidade hoteleira. Em primeiro lugar em nome da bancada da CDU gostariam de dar ali uma palavra de apoio e de solidariedade para com aqueles, salvo o erro mais de cinquenta funcionários, que em período laboral se viram irradicados do seu acto profissional e numa quadra como aquela que se apresentava que era a quadra natalícia. -----

-----Gostaria de saber o que é que a Câmara lhes tinha a dizer, porque tinha sido um pouco voz corrente que talvez a única alternativa ou impossibilidade que uma unidade hoteleira já com alguns dez anos na praça e com nome firmado, em termos de operadores turísticos nacionais e estrangeiros, balizasse no termo do alvará atribuído àquela unidade, ou seja, se o alvará atribuído era de facto



exploração hoteleira ou se aquilo era propriedade horizontal, porque se era um alvará atribuído pela Câmara Municipal de exploração hoteleira, era óbvio que a Câmara tinha uma grande responsabilidade naquela matéria e teria que accionar os seus mecanismos para não permitir que se passasse um alvará de exploração hoteleira para propriedade horizontal, ou condomínio fechado que quisessem fazer ali.-----

-----Pensavam portanto que todos tinham perdido, se fosse um facto consumado que aquilo viesse a fechar, porque não era de um dia para o outro que se abria uma unidade hoteleira com duzentas ou trezentas camas como aquela tinha, perdia o País, perdia o Concelho, ao fim e ao cabo perdiam todos. -----

-----E se o sector das pescas era um sector bastante periclitante, provavelmente dali por dez ou quinze anos, apenas lhes restavam o mar e as embarcações para efeito de postais turísticos, portanto a questão do turismo era extremamente preocupante, e dali fazia um apelo à Câmara Municipal para aquela situação. -----

-----Para terminar queria dizer que já andavam no Concelho de Sesimbra há cerca de vinte anos, e já tinham abordado ali aquela questão sobre o quartel da GNR, e até aquele momento continuavam a bater na tecla do quartel da GNR, pensava que aquilo merecia reflexão pela parte de todos eles e já tinham transmitido ao Sr. Presidente da Câmara que pela parte da CDU tinha toda a solidariedade para desencadear todas as acções possíveis, porque vinte anos de diálogo para se conseguir o quartel da GNR em Sesimbra era demais. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha acabado de dar entrada na mesa uma proposta e uma Moção apresentadas pelo PSD/PP. -----

----- Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que solicitou a palavra também para apresentar uma proposta àquela Assembleia, que se prendia com aquilo que ele considerava ser um problema para os munícipes da Concelho de Sesimbra, nomeadamente aqueles que circulavam diariamente na Estrada Nacional 378, era uma situação que não era dentro do Concelho de Sesimbra mas que o preocupava, e pensava que aquela Assembleia e a Câmara Municipal se deveria empenhar na tentativa de resolução, referia-se àquilo a que chamavam de “Nó Cego” que tinha surgido no último ano, e que era à saída da auto-estrada A2, quando passavam por baixo da EN 10 e enfiavam para Sesimbra, ali diariamente havia acidentes e a seu ver não tinha o mínimo de condições para se cruzar a estrada, o traço já estava apagado dos múltiplos cruzamentos que se gerava ali, já nem se

via se o traço era contínuo ou descontínuo e julgava que nem tinha lá sinalização de prioridade, portanto ele pensava que mereceria da parte de todos eles uma tomada de posição e nesse sentido sem mais delongas apresentava a seguinte Moção:-----

----- **MOÇÃO** -----

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em Sessão Extraordinária a 29.11.02, vê com apreensão o “Nó Cego” criado na EN 378, no 10 Km, após a saída da A2, quando se passa por baixo do acesso à EN 10, pois origina diariamente acidentes por falta das mais elementares condições de segurança.-----

-----Na realidade, só não acontecem mais acidentes naquela zona, porque a maior parte dos condutores que ali circulam, o fazem diariamente, conhecendo bem a “ratoeira” que aquele novo “entroncamento” veio a criar. -----

-----Assim sendo, a Assembleia Municipal solicita às entidades responsáveis que encontrem rapidamente uma solução para aquela anacrónica situação, e convida a Câmara Municipal de Sesimbra a apoiar esta proposta através de acções que considere mais adequadas para a irradicação daquele problema”. -----

-----Usou seguidamente da palavra o **Membro Lisandro Trafaria** que fez uma observação sobre o valor diferenciado que existia nas facturas dos vários jornais locais, relativas às publicações das deliberações da Assembleia Municipal, tinha-se vindo a aperceber ao longo do ano que as facturas do Jornal “Raio de Luz” tinham um valor muito superior às facturas dos outros jornais, e naquele momento voltando a analisá-las tinha ficado surpreendido, pois na factura relativa à publicação das deliberações de 20 de Setembro de 2002, o “Jornal de Sesimbra” tinha debitado 166,01 euros e o Jornal “Raio de Luz” 458,15 euros, e na factura relativa à sessão de 18 de Outubro que tinha ali vinha um valor exorbitante de 1094,84 euros, tinha pena de ainda não ter as facturas dos outros jornais para comparação.-----

-----Portanto queria chamar a atenção porque algo estava mal, ou os textos eram diferentes, ou se eram iguais era uma situação que tinha realmente de ser revista, porque não podia ser um jornal debitar o triplo dos outros jornais relativamente à mesma sessão. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que em relação àquela questão que o Membro Lisandro Trafaria colocara, de facto, também já a Mesa e os serviços de apoio se tinham apercebido dessa matéria, e o último anuncio das deliberações da Assembleia Municipal que tinha

sido enviado para a Comunicação Social tinha ido com uma solicitação de tamanho de letra idêntica para todos os jornais, procurando na prática que a “mancha” a ser colocada nos três jornais fosse idêntica, na procura de que não houvesse uma disparidade tão grande em relação a esses valores. ---

-----Foi cedido o uso da palavra ao **Membro José Brito Andrade** que disse que voltava a falar no projecto Urbecon, porque o mesmo iria dar emprego a muita gente e já tinham passado sete meses e não sabia o que se passava com este.-----

-----A segunda questão era sobre os piquetes, se a Câmara Municipal não tinha piquetes para as roturas de água vinte e quatro horas porque era dispendioso, ele pensava que seria mais dispendioso as perdas de água do que ter esses piquetes.-----

-----A terceira questão era sobre algumas ruas nas Fontainhas. Na Rua da Liberdade onde haviam paragens de autocarros que tinham buracos que mais pareciam cavernas, perguntava porque é que a Câmara não pedia contrapartidas para o arranjo daquela via.-----

-----Na Rua 25 de Abri, e na Rua das Forças Armadas o piso estava muito estragado, mas o mais grave, era que quando o arranjavam durava oito a quinze dias, perguntava à Câmara se já não era altura de mudar de empresa para arranjar as ruas.-----

-----Tomou a seguir o uso da palavra o **Membro Germano de Barros** que disse que iria ler a os dois documentos apresentados à Mesa.-----

#### -----**MOÇÃO**-----

-----"A Vila do Conde , à semelhança do que se passa no restante Concelho de Sesimbra tem instalado vários postes e Km de linhas de alta tensão, que entram em “conflito” com muitas habitações que têm sido construídas .-----

-----Esta situação é tanto mais gritante quanto se verifica em edifícios públicos de que é exemplo a escola Primária que está a ser construída no Conde I.-----

-----A Assembleia municipal considera que estas situações não devem continuar, pelo que recomenda á Câmara Municipal de Sesimbra o seu empenhamento para que junto da REN/EDP esta entidade encontre soluções que resolvam definitivamente estes problemas.-----

-----A Assembleia Municipal deverá também aprofundar esta problemática nas suas comissões de terra e trazer a este plenário as orientações que venham a ser apontadas para a completa resolução deste problema, atentatório da saúde pública, dos munícipes e que poderá mesmo pôr em risco as suas vidas”.-----

-----Seguidamente leu a proposta.-----

-----**PROPOSTA**-----

-----“Analisando a situação actual do País e das famílias Portuguesas sem querermos falar do porquê desta situação e de quem teria sido a culpa, chegamos à conclusão lógica que actualmente existem verdadeiras dificuldades no seio das famílias.-----

-----Conscientes dessas dificuldades trazemos a esta Assembleia um problema e uma forma de aliviar os contribuintes deste Concelho sem que para isso a Câmara Municipal fique a perder as suas verbas já existentes-----

-----É no que diz respeito à conservação de esgotos. Não nos queremos pronunciar outra vez como o cálculo é realizado, mas a nossa proposta vai no sentido de se introduzir essa mesma taxa na factura mensal da água, o que seria muito mais agradável do que receber facturas na ordem dos 200,300 ou 400 Euros anuais .-----

-----Assim as famílias pagariam o mesmo sem sentirem o peso anual desta despesa necessária, e para a Câmara ainda seria um benefício porque teria verbas a entrar mensalmente nos seus cofres”.-----

-----Após a leitura da Moção e da Proposta o **Membro Germano de Barros** disse que em relação à linha de alta tensão, segundo informações que tinha conseguido junto da EDP, era uma linha de 60 mil watts e que atravessava a Freguesia da Quinta do Conde, desde a Estrada Nacional 10 até junto da futura Escola do Conde 1. Não sabia se essa a linha existia antes de começarem a ser construídas essas casas ou se tinha sido posta à posterior mas alguém devia saber para o poder informar, o que sabia é que não existia legislação em Portugal aplicável em relação à distância mínima das linhas de alta tensão em relação às zonas habitadas, existia noutros Países, mas do que sabia em Portugal não havia legislação aplicável.-----

-----No entanto haviam estudos que tinham sido publicados que diziam que quando havia uma linha de alta tensão numa distância de sessenta a cem metros, podia haver perturbações para as pessoas que viviam nessa zona.-----

-----Tinha informações de um estudo que tinha sido feito sobre as crianças que viviam em casas perto duma linha de alta tensão, essas crianças tinham 2,7 vezes mais hipóteses de contrair leucemia.-----

-----Não percebia como é que a Câmara tinha autorizado a construção de casas geminadas que

estavam mesmo por baixo dessas linhas de alta tensão, claro que não havia legislação aplicável que proibisse essa mesma construção, mas havia informações tal como ele já tinha referido, que indicavam que podia ser muito prejudicial, e o que era mais grave é que se tivesse aceite a construção de uma escola perto dessa mesma linha de alta tensão. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que o Regimento da Assembleia Municipal em relação ao “ Período de Antes da Ordem do Dia”, falava em Votos de Louvor, Congratulações, Saudação, Protesto e Pesar e depois apresentação de Recomendações ou Moções sobre assuntos de interesse do Município, como na prática aqueles dois assuntos que naquele momento tinham sido presentes eram assuntos que só a Câmara os podia resolver, ele supunha que o melhor título a dar àqueles dois documentos seria Recomendação. -----

-----Usou da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que disse que gostava de dizer umas palavras em relação ao PIDDAC que tinha sido uma das preocupações do PSD/PP na última Assembleia Municipal, congratulavam-se com a inclusão em PIDDAC do Quartel da GNR em Sesimbra e da Variante Carrasqueira/Porto de Abrigo. -----

-----Parecia-lhe também que o nó desnivelado da Quinta do Conde já tinha previsão da conclusão do estudo, tinha sido já adjudicado o estudo, congratulavam-se com essa inclusão, e queria dizer também que aquela tinha sido uma preocupação da secção do PSD de Sesimbra, de fazer contactos não só com os deputados eleitos pelo Distrito como também com a distrital do partido, que em termos de bastidores e a nível também de governo, tinha feito toda a pressão para que algumas obras que achavam necessárias fossem incluídas. -----

-----Sabiam que aquele era um PIDDAC realista, que era de contenção, que não viviam numa época que realmente permitisse grandes dispêndios de ordem financeira, mas a nível de defesa do interesse local não podiam deixar de pugnar pela inclusão daquelas obras no PIDDAC. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que a sua intervenção prendia-se com as duas recomendações que o PSD tinha apresentado, pensava que qualquer delas deveria merecer da Câmara Municipal alguns comentários, pensava que eram recomendações importantes. -----

-----Relativamente à taxa de conservação de esgoto, conforme o elemento da bancada do PSD tinha referido infelizmente poderia constituir um peso significativo no agregado familiar, portanto a sua bancada via com bons olhos, entre aspas, o faseamento, desde que não houvesse problemas de

órgãos técnicos, que concerteza a Câmara Municipal lhes poderia esclarecer. -----

-----Em relação ao problema dos cabos de alta tensão, pensava que era um problema delicado, entre aspas, porque era um problema que não atingia só a população da Quinta do Conde, ele podia referenciar que tinha um cabo de alta tensão a cerca de sessenta metros da sua casa, e o seu cunhado que morava a uns sessenta metros da casa dele, tinha um cabo de alta tensão a dez metros do telhado. E aquilo porque não tinha mais nenhum sítio para construir e porque quando solicitou que o cabo fosse retirado, segundo o que a EDP disse, a legislação permitia que subisse apenas o cabo, o cabo que ficava a três metros passou a dez metros, não sabia se aquilo que a EDP tinha dito era verdade ou não, e ele aproveitava para demonstrar o seu desagrado, pela forma como muitas vezes aquelas empresas eram prepotentes na forma como agiam com os Municípios, com os seus clientes, e sistematicamente, infelizmente, assistimos aos utentes a serem mal tratados pelas empresas, que ao fim e ao cabo muitas delas eram públicas, portanto tudo aquilo era por causa do problema da alta tensão, ele achava que poderiam ir um pouco mais longe de que aprovar uma simples recomendação, ele não se importava de aprovar uma recomendação, mas já que falavam no assunto e que o tratavam, até que ponto não seria mais útil esperarem eventualmente mais uma sessão, e na próxima sessão apresentarem uma coisa com mais impacto e mais envolvente, era uma sugestão que ele dava.-----

-----Queria dizer também que se congratulava com a inclusão em PIDDAC da Variante e do Quartel, esperando que essas obras num futuro próximo pudessem ser uma realidade. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** para uma breve questão, já que estavam a falar de electricidade e da EDP, quando tinha sido aprovado naquela assembleia a autorização do estabelecimento do contrato de protocolo com a EDP, tinha sido levantada ali uma questão relativa à Quinta do Conde, que tinha a ver com o facto de existirem nalgumas situações postes de electricidade implantados dentro de lotes de terreno, tinham levantado essa questão e tinha havido um comprometimento da parte da Câmara Municipal de que iria fazer um levantamento dessas situações para eventualmente se negociar com a EDP a possibilidade da retirada desses postes, enfim, algum redimensionamento das linhas, uma vez que elas tinham sido colocadas num tempo em que não havia casas, não havia estradas, não havia ruas, não havia nada.--

-----Essa questão tinha sido ali levantada e tinha ficado ali assente, portanto gostava de saber se a Câmara Municipal já tinha desenvolvido algumas diligencias no sentido de contactar os

proprietários e de saber do seu interesse na remoção dos postes, e se efectivamente já tinha tomado algumas iniciativas junto da EDP para esse efeito. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que tinham sido várias as questões que lhes foram colocadas pelos membros daquela assembleia, e começava por uma que a todos eles infelizmente preocupava, o encerramento do empreendimento turístico “Villas de Sesimbra”. -----

-----No dia 14 do corrente mês, tinha sido com total surpresa que tinha tido conhecimento do que acontecera nas Vilas através do Presidente da Associação do Comércio e Industriais do Concelho de Sesimbra, que o informou que a administração da entidade exploradora Patrihotel, tinha recebido da parte da Caixa Geral de Depósitos instruções para que no dia 15 de Novembro despeja-se todos os seus equipamentos que tinha nos blocos B, C, e D, blocos esses que eram pertença da Caixa Geral de Depósitos, afim de que a mesma procedesse à retoma desses blocos. -----

-----Quando teve conhecimento daquela notícia em sua casa, na hora do almoço, entrou logo em contacto com o administrador da Patrihotel, que lhe confirmou aquilo que o Presidente da Associação de Comércio e Industriais lhe dissera, também ele estava muito preocupado e não esperava que a Caixa Geral de Depósitos tomasse dum momento para o outro uma atitude daquelas.

-----Perguntou-lhe se aquela decisão tinha sido tomada naqueles dias ou se já tinha conhecimento à algum tempo, ao qual ele respondera que tinham um contrato de exploração que já tinha inspirado o prazo e que depois tinham feito outro, e de facto não esperava que fosse assim de um momento para o outro. Informou-o também de que eram quatro blocos, três da Caixa Geral de Depósitos e um quarto bloco da Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários, com o qual não havia problema pois o contrato mantinha-se e estava em vigor. -----

-----Seguidamente entrou em contacto com a Direcção Geral de Turismo, que também ficou perplexa pois nada fazia prever que fosse tomada aquela decisão pela CGD, não tinham conhecimento de nada, para a Direcção Geral de Turismo, as Vilas de Sesimbra era um empreendimento que estava licenciado como Aparthotel, e sugeriram-lhe que entrasse em contacto com a “F Turismo” pois podia ser que lhe pudessem fornecer mais alguns dados. -----

-----Teve a sorte de falar com o Sr. Presidente da “F Turismo” que lhe transmitiu que eram proprietários do bloco “A”, bloco onde funcionava a recepção e que tinha oitenta e cinco apartamentos, o contrato estava a ser cumprido pela Patrihotel, não estavam a pensar tomar uma

atitude idêntica a CGD, no entanto existia uma cláusula que permitia à “F Turismo” denunciar o contrato, logo que a Caixa Geral de Depósitos terminasse o contrato com a “F turismo”. Tinha-lhe dito ainda que com eles não havia problema nenhum e queriam era que aquela unidade hoteleira funcionasse, no entanto admirava-se que aquele bloco pudesse funcionar, uma vez que só tinha a recepção, não tinha restaurante, não tinha bar, nem os demais equipamentos que eram necessários a uma unidade hoteleira.-----

-----Falou novamente com o Administrador da Patrihotel que à medida em que lhe foi colocando algumas questões, foi-lhe respondendo e foi-lhe dando conhecimento de mais alguns dados, portanto a Caixa Geral de Depósitos tinha um contrato com a “F Turismo”, contrato esse que tinha terminado em 30 de Setembro de 2001, que após terminado a Patrihotel tinha ido junto da CGD no sentido que fosse feito outro contrato, o que não aconteceu e que levou que até meados de Maio as Vilas de Sesimbra funcionasse sem um novo contrato com a Caixa Geral de Depósitos. Só em meados de Maio é que a CGD tinha feito um novo contrato com a Patrihotel até de 31 de Outubro de 2002, o contrato de Cessão de Exploração terminou nessa data, e teve conhecimento depois que a Patrihotel tinha tido conhecimento com alguma antecedência para retirar todos os equipamentos até dia 15 de Novembro, para proceder à retoma daqueles blocos. -----

-----Em função de tudo isto tinha solicitado reuniões com a Direcção Geral de Turismo, com a “F Turismo” e também com a Caixa Geral de Depósitos.-----

-----Seguidamente reuniu com os trabalhadores que lhe transmitiram a sua preocupação, e que também lhe deram alguns dados que o levaram a pensar que a decisão da Caixa Geral de Depósitos já lhes teria sido anunciada à mais alguns dias e não só no dia 14 de Novembro, informou-os que a Câmara Municipal tudo estava a fazer para que aquele empreendimento se mantivesse como Empreendimento Turístico, uma vez que estava licenciado e classificado pela Direcção Geral de Turismo há dez anos para esse fim.-----

-----Tinha tido uma reunião com a “F Turismo” em Lisboa, no dia anterior àquela sessão, e tinha sido com frontalidade que transmitira aos administradores e ao consultor jurídico que o receberam, que esperava que eles tudo fizessem para que aquele bloco que era propriedade deles se mantivesse como apartamentos turísticos, porque da parte da Câmara Municipal tudo iriam fazer para que assim se mantivesse, e não iria prescindir de que aquele bloco se mantivesse com a classificação dum unidade hoteleira, ao qual eles responderam que estavam a aguardar uma resposta da entidade



exploradora Patrihotel, pois queriam saber se iam manter o contrato ou não, uma vez que o interessado na aquisição dos três blocos da CGD, estava também interessado no bloco da “F Turismo”.-----

-----Naquele mesmo dia tinha recebido da Caixa Geral de Depósitos um ofício, onde dizia que o Empreendimento Turístico Hotel Apartamentos Villas de Sesimbra, estava licenciado e classificado desde de 01 de Setembro de 1992, e que tinha uma entidade exploradora sociedade denominada “Patrihotel Hoteleira” que se encontrava na presente data com a sua actividade suspensa, em virtude da extinção por caducidade em 31 de Outubro de 2002, do contrato de cessão de exploração celebrado em entre a referida sociedade e a CGD, dizia também que perspectivando a comercialização do empreendimento, pretendia realizar algumas obras de conservação no empreendimento e nos imóveis a ele afectos que fossem de sua propriedade, pelo que na presente data não iria conceder a exploração do identificado empreendimento turístico a qualquer entidade.

-----Portanto o que sabia era que a Caixa Geral de Depósitos estava a proceder a obras naqueles três blocos, mas ainda não lhe tinham confirmado se estavam interessados em vender para um condomínio fechado ou para uma entidade também ela no ramo da hotelaria.-----

-----Naturalmente que aquele ofício não o satisfiz, e na segunda – feira iria telefonar para a CGD para que o recebessem, era isso que ele já tinha pedido que o recebessem, porque era importante saber se havia um interessado a querer os quatro blocos, qual o fim que pretendiam dar àquele empreendimento, e transmitir também à Caixa Geral de Depósitos que a Câmara tudo iria fazer de modo a que aqueles blocos se mantivessem com o fim para o qual fora licenciado.-----

-----Mas existia ali uma situação que naturalmente o preocupava, que era o facto dos blocos da CGD estarem em propriedade horizontal, e assim sendo nunca sabiam ao certo que destino a CGD pretendia dar àqueles empreendimentos.-----

-----Foi-lhe transmitido também pelos proprietários da Patrihotel, que a CGD tinha perguntado à administração se estavam interessados em adquirir aqueles três blocos por um milhão e setecentos mil contos, ao que a Patrihotel respondeu que não reunia condições para adquirir esses blocos, a partir daí e segundo o que lhe transmitiram, não sabia se a CGD tinha procurado outros potenciais interessados ou se efectivamente já havia um interessado.-----

-----Respondendo ao Membro Carlos Afonso quanto às intervenções que a Câmara estava a fazer no Bairro Infante Henrique, naturalmente que a Vereadora Felícia do Pelouro da Habitação iria

intervir sobre essa matéria, mas era do conhecimento de todos eles que existiam projectos já concluídos, um deles para a construção de 12 Fogos no Matadouro, obra essa que já estava em concurso e que tinha como finalidade realujar os moradores do Bairro Infante Henrique, para que pudessem também investir no citado bairro com um projecto que já estava à alguns meses em curso.

-----Também já tinha sido posto a concurso 26 Fogos na Cotovia e era obvio que a Câmara não podia permitir que uma ou outra habitação do Bairro Infante Henrique que estivesse bastante degrada caísse, e como tal era importante que a Câmara como senhorio executasse algumas obras de recuperação. -----

-----Quanto à colocação dos abrigos, estava em curso novos abrigos em paragens do Concelho de Sesimbra que iam dar uma nova imagem, não deixava de ser verdade que não podiam dar por terminado aquele trabalho, porque nos abrigos já colocados ainda faltava electrificar e outros pequenos trabalhos, também era verdade que um ou outro abrigo velho ainda não tinha sido retirado, porque obrigava à mudança da paragem, portanto aquele trabalho estava em marcha e o mais importante era que dentro em breve iriam ter mais 46 novos abrigos no Concelho. -----

-----Relativamente ao Quartel da GNR, naturalmente que ele também se congratulava com a inclusão deste em PIDDAC, mas também já tinha dito naquela Assembleia que mal tinha tido conhecimento que aquela obra não tinha sido incluída em PIDDAC, tinha solicitado reuniões a vários Secretários de Estado, e o Sr. Secretário de Estado tinha-o informado que no início do verão a obra ia a concurso, felizmente que os Srs. Deputados tinham tido também bom senso de fazerem com que algumas verbas fossem desviadas de outras rubricas para a construção do Quartel da GNR em Sesimbra. -----

-----Queria recordar que tinha sido no anterior mandato que tinha sido criado o último posto da GNR, o posto de Alfarim, que estava numas instalações que ia servindo, mas existia a promessa de doação por parte da Câmara, dum terreno onde pudesse ser construído um novo quartel, mas primeiro era preciso que a Administração Central avançasse com os compromissos que tinha com a Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Comparativamente a outros Concelhos no Distrito de Setúbal e segundo os números que tinha, Sesimbra tinha GNR em número suficiente, faltava na época balnear, mas lá iam conseguindo, porque também os Comandos de Setúbal iam tendo essa atenção para com Sesimbra uma vez que nessa altura do ano eram insuficientes.-----

-----Relativamente ao projecto Urbecom, queria dizer ao Membro José Andrade que a candidatura estava entregue, agora ele que visse se influenciava o Governo PSD para ver se Sesimbra era contemplada, o projecto estava entregue e a Câmara estava a fazer força, agradecia que eles fizessem também uma forcinha porque realmente era importante para o Concelho de Sesimbra a Urbecom. -----

-----Usou de seguida a palavra a **Veredora Felícia Costa**, que expôs qual era a situação em relação à habitação no Concelho de Sesimbra.-----

-----Tinham naquele momento recenseados, e mais identificados, porque quando falava em recenseados eram até ao final do ano 2000, quando tinham fechado o período de recenseamento, só que entretanto tinham surgido mais solicitações que não puderam ser incluídas naquele programa de candidatura ao INH para construção de Habitação Social, para todo o Concelho 205 pessoas. -----

-----Aquele programa de candidatura no âmbito do PER do INH, do qual já tinham aprovação nomeadamente para a construção dos 24 Fogos na Cotovia, estava naquele momento exactamente no ponto de situação que o Sr. Presidente tinha referido, ou seja, tinham já a obra do Matadouro para a construção dos 12 Fogos em adjudicação, e tinham lançado o concurso para a adjudicação dos 24 Fogos da Cotovia, já com a aprovação do INH, para venda a custos controlados. A intenção da Câmara era que a intervenção do Bairro Infante D. Henrique que ia ser feita numa forma faseada em três fases distintas, pudesse arrancar o mais rápido possível, ou seja, após a construção dos fogos no Matadouro, que esperavam que demorasse um ano e meio, estariam em condições de trazer doze famílias do Bairro Infante D. Henrique, e começariam a intervenção da primeira fase do citado bairro, e após a conclusão dessa primeira fase estariam em condições de realugar nesse perímetro de onde tinham tirado essas doze famílias que instalaram no Matadouro, vinte e quatro famílias. -----

----- Poderiam então passar para a segunda fase da obra do Bairro Infante D. Henrique de forma faseada até completar todo o bairro, e quando estivesse concluído teriam um bairro com 83 Fogos, o que somando a outros programas que tinham a intenção de desenvolver, nomeadamente a construção de fogos para arrendamento e para venda a custos controlados, na Rua Conselheiro Ramada Curto, num terreno que ficava ao lado da Escola Costa Marques, terreno esse que em tempos a Câmara teria cedido ao Ministério da Justiça para a construção do novo Palácio da Justiça, que não tinha sido aproveitado, e que tinha ficado em posse da Direcção Geral do Património, com

a qual estavam em negociações já muito perto de serem finalizadas no sentido do terreno ser devolvido à Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Naquele momento estava também em fase de desenvolvimento o projecto para a construção de 23 Fogos para a Freguesia do Castelo para arrendamento, obviamente que quando falava em construção falava naquilo que as pessoas sentiam de uma forma mais imediata como necessidade, a necessidade de casas, mas a intervenção do Pelouro da Habitação no sentido de requalificar em termos habitacionais o Concelho de Sesimbra e poder dotá-lo de maiores e melhores condições de habitabilidade.-----

-----Queria dizer também que uma das preocupações do Pelouro da Habitação era a desertificação do casco histórico da Vila, o facto de Sesimbra estar cada vez mais emagrecida de gentes, gentes essas que tinham sido empurradas por circunstâncias várias, nomeadamente pelas questões da lei da oferta e do mercado e questões economicistas, porque em Sesimbra os terrenos eram muito caros, a construção era muito cara, daí que as pessoas que tinham necessidade de comprar ou alugar casa se afastassem de Sesimbra.-----

-----Em primeiro lugar a intenção deles era conseguir fixar pessoas em Sesimbra, ou seja, de fixar não apenas as do arrendamento da Habitação Social, mas também criar condições para que a classe média pudesse adquirir casa e ficar em Sesimbra.-----

-----Tinham também intenção e seria concretizada quando tivessem implementado o programa que ela tinha falado ali, de criar quotas de regresso de Sesimbrenses que tinham ido viver para as Freguesias do Castelo e Quinta do Conde, criar quotas dentro daquele bolo de casas que tinham intenção de construir, por forma a permitir alguns regressos de pessoas que quisessem vir para Sesimbra e pudessem por permuta de casas regressar .-----

-----Pretendiam também intervir a nível da requalificação do casco histórico da Vila de outras formas, nomeadamente através da aplicação de programas nacionais, estava a falar do Recria, do SOLAR, e podia falar também do REABITA, mas também de programas municipais, designadamente um regulamento que iria ser naquele dia sujeito à aprovação da Assembleia Municipal, o REMAR, que tinha a ver com a necessidade sentida de poderem começar a intervencionar habitações degradadas, obviamente que falaria nisso na altura, não ia naquele momento alongar-se a falar do REMAR, mas era mais um programa que aliado a outros programas de âmbito mais nacional, permitiriam a intervenção dentro do parque habitacional da Vila ou não só

da Vila, por forma a permitir a melhor qualidade de vida para as pessoas e por forma a impedir que as casas se continuassem a degradar com todos os custos sociais e económicos que isso acarretava. -

-----Sendo aquele programa bastante abrangente e bastante completo que poderia de alguma forma colmatar e minimizar as lacunas em termos de habitação no Concelho de Sesimbra, a sua preocupação era que este programa poderia vir a estar de alguma forma comprometido com aquilo que já também tinha sido ali apresentado, que eram as limitações do Orçamento Geral do Estado em relação à possibilidade das autarquias avançarem para a construção, nomeadamente da Habitação Social e das Escolas. -----

-----A Associação Nacional de Municípios, cujo relatório final tinha sido lido ali logo no início da sessão, mostrava dum forma bastante veemente o seu repúdio e a sua preocupação que era comum a todos os Municípios do País, em relação à impossibilidade das várias Câmaras avançarem com aqueles programas de protecção às condições de habitação e de poderem daquela forma servir melhor as populações. -----

-----Se aquela situação se concretizasse, e eles comungavam as esperanças da ANMP, que pudesse haver da parte do Governo algum retrocesso, naquela política que reputavam de bastante gravosa para as pessoas que tinham a expectativa, e que todos os dias lhe batiam á porta apresentando as situações algumas bastante gravosas, era defraudar as expectativas das Câmaras, era defraudar as expectativas das populações, e sobretudo comprometer aquilo que seriam as necessárias condições de vida que as populações do país teriam que ter . -----

-----Se aquele retrocesso do Governo não se verificasse, obviamente que a Câmara Municipal de Sesimbra iria ter que repensar tudo aquilo, não podendo avançar para financiamentos, apesar do INH já ter dado o acordo à alguns daqueles projectos, e a forma que teria para repensar seria investir capitais próprios, fazer programas mais curtos, avançar para a construção de venda a custos controlados, porque aí o retorno da Câmara seria conseguido. -----

-----Portanto teriam que estudar alternativas, mas uma coisa era certa, independentemente do Governo retroceder ou não naquela política que eles reputavam de bastante perversa e bastante pernicioso para o país, e designadamente para o Concelho de Sesimbra, a Câmara Municipal de Sesimbra iria continuar com mais ou menos recursos a tentar melhorar as condições de habitabilidade das suas populações. -----

-----Para finalizar, o Sr. Presidente tinha dito também, que independentemente daqueles

programas e como aqueles programas iriam ser feitos numa forma faseada no tempo, em simultâneo estavam a intervir em habitação municipal, nomeadamente aquela que no futuro iria ser demolida no Bairro Infante D. Henrique, isto porque na melhor das hipóteses o Bairro Infante D. Henrique só ficará totalmente requalificado e totalmente reconstruído dali a sete ou oito anos, e até lá era preciso continuar a intervencionar as pessoas que lá estavam a morar. Portanto para além daquele esforço a Câmara Municipal de Sesimbra continuaria a intervir nos bairros municipais, Infante D. Henrique, Argeis, Zambujal, Almoinha, portanto havia todo um esforço para continuar a garantir às pessoas melhor qualidade de vida. -----

-----Usou da palavra o **Vereador Alberto Gameiro** que relativamente à questão da passagem de alta tensão na Quinta do Conde, a Câmara Municipal tinha tido oportunidade de remeter um ofício à Rede de Electricidade Nacional, solicitando que retirassem os postos existentes na área da Quinta do Conde, e a resposta da REN tinha sido negativa, porque não estavam para assumir a responsabilidade financeira que isso acarretava, da parte da Câmara Municipal também não havia capacidade financeira para proceder a isso. -----

-----Relativamente à construção da Escola do Conde 1, já lá existia uma escola antes, era o terreno que tinham disponível e tinha sido nesse mesmo terreno que tinham decidido avançar por ser uma questão mais rápida. -----

-----Em relação à questão das ruas nas Fontainhas, queria informar que já tinham adjudicado a uma firma a reparação das ruas, mas as condições climáticas não lhes tinham permitido até aquele momento fazê-lo. -----

-----Relativamente à questão do cálculo da tarifa de conservação de esgoto, a Câmara Municipal tinha nomeado uma equipa dentro da própria câmara para a alteração desse cálculo, porque não era fácil para uma câmara como a Câmara de Sesimbra resolver uma questão daquelas indo directamente ao consumo de água.-----

-----O Concelho de Sesimbra era um concelho sazonal, ou seja, tinha muita segunda habitação, em que só no Verão é que tinham consumos de água, e a câmara tinha que se salvaguardar, até já havia vários modelos nomeadamente no próprio Distrito, que faziam a diferenciação entre Concelhos que tinham uma vertente só residencial e Concelhos que tinham uma vertente turística também, em que era necessário que essas pessoas que tinham rede instalada e a queriam utilizar quando viessem para o Concelho, também tivessem que pagar a conservação dessa mesma rede. ----

-----Portanto existia uma possibilidade que estava a ser analisada pelos técnicos, que era fazer incidir um valor sobre o metro cúbico de água e um outro valor sobre o valor patrimonial de maneira que fosse garantido a entrada de verbas.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Germano de Barros** que quis esclarecer que o aquilo que o PSD/PP pretendia era que a tarifa de conservação de esgotos fosse dividida por seis meses, ou seja, pretendiam que fosse dividida por seis prestações correspondente às seis facturas de água anuais. -----

-----Relativamente à questão dos postes de alta tensão, tinha gostado da informação de que a Câmara já tinha alertado a REN sobre esse assunto e gostaria de ter acesso ao pedido e à resposta enviada pelas duas entidades, mas ele julgava que teria mais peso se houvesse uma Recomendação da Assembleia Municipal, enviando-a seguidamente à REN. -----

-----Em relação ao que tinha dito o Membro Miguel Bastos gostava que o esclarecessem de que modo é que a bancada do PS pretendia que fosse alterada a Recomendação do PSD/PP de forma a poderem votá-la ainda naquele dia, uma vez que a próxima sessão não tinha PAOD visto ser para o Plano de Actividades e Orçamento.-----

-----Usou em seguida a palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que só se inscreveu naquele momento porque tinha estado à espera dos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão das Villas de Sesimbra, mas depois do que ouviu tinha ficado com algum temor, porque haviam coisas que lhe pareciam que estavam ou poderiam vir a estar irremediavelmente comprometidas, e que eram as seguintes: -----

-----Sendo as unidades hoteleiras licenciadas pela Administração Central, o que ele gostava de saber era qual a possibilidade de intervenção da Câmara Municipal, para obstar que aqueles edifícios pudessem vir a ser alienados para o exercício de qualquer outra actividade, que não fosse dentro da actividade hoteleira, porque isso poderia ser de certa forma a chave ou poderia ser alguma forma de pressão da Câmara Municipal, em que a Câmara Municipal pudesse exercer sobre qualquer entidade que pretendesse adquirir aquilo. -----

-----Mas pela informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara em que o imóvel se encontrava em propriedade horizontal, ele temia que aí a chave do negócio estivesse seriamente comprometida, porque estando em propriedade horizontal a Câmara Municipal não metia prego nem estopa na alienação daquele edifício, e isso era deveras preocupante.-----

-----Tinham vindo de certa forma a apostar no aparecimento de novas unidades hoteleiras e à apostar no turismo como uma vertente importante da economia do Concelho de Sesimbra em compensação com outras áreas económicas que se encontravam em verdadeira decadência, e outras ainda que dentro de poucos anos poderiam ter algumas dificuldades, nomeadamente quando se falava nas indústrias extractivas, portanto não se podiam dar ao luxo de perder mais uma unidade hoteleira uma vez que já tinham perdido uma, os Zimbros, embora essa unidade nunca tivesse tido muito sucesso.-----

-----Portanto tinham que ser práticos, e o que gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara era do ponto de vista prático quais as possibilidades que o Concelho tinha em exercer alguma pressão para que aquela unidade não viesse a ser reconvertida em mais um bloco de apartamentos, que isso era o que havia com mais fartura em Sesimbra.-----

-----Outra questão que também o deixava preocupado era a questão da viabilidade do bloco A, era evidente que uma coisa como recepção que não tinha bar nem restaurante, o máximo que podia ser era uma pensão, porque não tinha o mínimo de condições para dar alguma qualidade e algum serviço às pessoas que ocupassem aquele espaço.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Miguel Bastos** para dizer que rotulava a questão das Vilas como a mais importante das questões ali levantadas naquela assembleia, e era daquelas questões que ele julgava que tinham todo o cabimento de serem tratadas num PAOD e que os devia forçar a gastar algum tempo.-----

-----Ele estava perfeitamente de acordo e a primeira parte da sua intervenção tinha a ver com as questões que o Membro Carlos Filipe de Oliveira tinha levantado, que era saber sob o ponto de vista jurídico ou legal, qual a capacidade de intervenção da Câmara para impedir que as Villas seguissem por um caminho que não lhes parecia ser o mais adequado para o Concelho, partindo dum princípio que todos os que estavam ali presentes, consideravam ser importante a manutenção daquela estrutura como unidade hoteleira, porque segunda habitação já tinham bastante na Vila e no restante Concelho.-----

-----Portanto, partindo do princípio em que estavam todos empenhados de que aquela unidade se devia manter como unidade hoteleira, deviam desenvolver todos os esforços, e obviamente que uma das batalhas seria a batalha jurídica de se conseguir que pela estrutura existente jurídica se pudesse criar um impedimento para que aquela unidade enveredasse por outro caminho.-----



-----Para além disso havia interesse em saberem sobre o ponto de vista económico se aquela unidade era viável ou não, ele achava que era uma unidade que sempre teve pontos de interesse, conforme já ali tinha sido abordado, porque havia muitas empresas que se serviam dela durante o período de inverno para reuniões de trabalho, praticava preços que não eram muitos elevados e por isso pensava que todos eles concerteza veriam com bons olhos a manutenção daquela unidade, e por outro lado, politicamente e socialmente, chocava-o que a Caixa Geral de Depósitos fosse agir da forma desenfreada , entre aspas, como parecia que ia agir. -----

-----Porque a Caixa Geral de Depósitos continuava a ser uma unidade de todos eles, entre aspas, porque continuava a ganhar milhões de contos por ano com o País, não se esquecessem que só as cauções que todos eles pagavam, ou em tribunais ou em livranças ou no que quer que fosse, eram obrigatoriamente feitas na CGD e só isso dava-lhes milhares e milhões de contos a ganhar, portanto a Caixa Geral de Depósitos deveria ter tido a preocupação de ter alguma responsabilidade social no desenvolvimento da sua acção. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que em primeiro lugar queria reafirmar e subscrever o que tinha sido dito pelos anteriores membros sobre aquela matéria, e depois também para dizer o seguinte: -----

-----De facto sendo a Caixa Geral de Depósitos uma instituição pública, achava que o Concelho e a população do Concelho de Sesimbra mereciam da CGD uma actuação transparente, e não estava a ser nada transparente naquele caso, e de acordo com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara naquela matéria, que tinha referido que o bloco A estava licenciado como empreendimento turístico, mas o bloco B estava como propriedade horizontal, gostaria de saber como é que tinha funcionado durante todos aqueles anos, quem tinha fiscalizado, como é que se conseguira abrir um empreendimento daqueles como unidade hoteleira. -----

-----Por outro lado também era estranha a actuação da Caixa Geral de Depósitos, porque pelo menos por aquilo que se ouvia e que se dizia, não era com rigor absoluto, a instituição exploradora não tinha pedido falência, cumprira rigorosamente o seu pagamento à CGD pelo acto de exploração e estava interessadíssima em continuar, portanto havia ali qualquer coisa que não batia bem, e lá iam aqueles cinquenta e tal funcionários para o desemprego, e reafirmando mais uma vez aquilo que já tinha sido dito anteriormente sobre aquela matéria, a Câmara não se devia deixar iludir e teria que desenvolver todos os esforços possíveis para tentar que ainda se conseguisse salvar as Villas de

Sesimbra. -----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que a bancada do PSD/PP tinha solicitado uma opinião sobre a posição do PS em relação às propostas que tinham apresentado, e ele queria dizer que em relação à proposta da cobrança da taxa de esgoto, não viam nenhum impedimento na aprovação, achavam que era lógico e que era mais racional a distribuição da cobrança do seu valor pelas seis facturas de água, portanto era uma recomendação que faziam à Câmara, independentemente da Câmara estar a pensar na reformulação da forma de avaliação do que cada um devia pagar, portanto estavam de acordo com a proposta. -----

-----Em relação à proposta da EDP também não viam problema, mas haviam coisas que lhe pareciam que sob o ponto de vista de redacção deviam ser melhoradas.-----

-----Viam com interesse que aquela Assembleia ou a sua Comissão, reanalizasse toda a problemática dos cabos de alta tensão no Concelho, para depois fazerem uma proposta mais agressiva, entre aspas, e com mais perspectivas, para ser aprovada por aquele órgão num futuro próximo de forma a tentarem não só contemplar a problemática da alta tensão da Quinta do Conde mas de todo o Concelho. -----

-----Queriu chamar a atenção em relação ao parágrafo da Câmara passar as licenças, não se podia negar a passá-las, era uma realidade que os cabos lá estavam, mas conforme já tinha sido referenciado, muitos dos cabos já lá estavam antes de aparecerem as habitações, só o próprio desenvolvimento urbano é que tinha originado aquelas situações, e eles sabiam que os munícipes isoladamente não conseguiam resolver o problema, a Câmara também não tinha possibilidade económica para o fazer, por isso sugeria que se melhorasse a redacção da recomendação.-----

-----Em seguida usou da palavra o **Membro Germano de Barros** para dizer que em relação àquela proposta da bancada do PS, a bancada do PSD/PP a nível da moção das linhas de alta tensão, pretendia caso houvesse acordo nesse sentido, fazer uma pequena interrupção para eventualmente melhorar o texto e depois votar. Caso houvesse interesse em baixar à Comissão o problema relacionado com a EDP em geral, no Concelho, ele achava que havia interesse, nesse caso podia colocar-se o problema que tinha sido referido noutra assembleia relativamente aos postos que se encontravam em lotes de particulares, achava que era importante que a Comissão adequada debatesse esse problema, mas achava que era importante ter uma recomendação só para as linhas de alta tensão. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara** que disse que esperava que a sua intervenção anterior não tivesse criado alguma confusão ao Membro Carlos Afonso, e que iria repetir o que tinha dito, o Empreendimento Turístico, Hotel Apartamentos Vilas de Sesimbra, compreendia quatro blocos, um bloco propriedade da “F Turismo”, e três da Caixa Geral de Depósitos, que estavam todos eles licenciados e classificados pela Direcção Geral de Turismo desde 01 de Setembro de 1992. -----

----- Portanto era óbvio que a Câmara Municipal mal tinha tido conhecimento da venda dos blocos pela Caixa Geral de Depósitos e sabendo que o empreendimento estava em propriedade horizontal, o Gabinete Jurídico desde logo começou a trabalhar para ver se existia matéria que permitisse à Câmara Municipal evitar que aqueles três blocos fossem vendidos para condomínio ou para o que quer que fosse, porque o que lhes interessava era que continuasse a ser um empreendimento turístico.-----

-----E a Caixa Geral de Depósitos também tinha mencionado no ofício que enviara à Câmara Municipal, “a Caixa Geral de Depósitos perspectivando a comercialização do empreendimento”, portanto a CGD em todo aquele articulado falava daqueles três blocos ou num todo como um empreendimento turístico. No dia anterior quando estive na reunião com a “F Turismo”, um dos administradores tinha-lhe dado a entender que um dos interessados era um grupo ligado à hotelaria.

-----Na próxima segunda – feira, independentemente do ofício que tinha recebido da CGD, iria telefonar-lhes para que o recebessem, porque aquilo que tinha dito à “F Turismo” seria aquilo que diria à Caixa Geral de Depósitos, que tudo iriam fazer para que aquele empreendimento se mantivesse como Empreendimento Turístico Hoteleiro. -----

-----Usou de seguida a palavra o **Membro João Paulo Dionísio** que disse estar muito preocupado com aquela situação, porque depois de todas as reuniões que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha tido quer com a Imocaixa, quer com a administração da Patrihotel quer com a entidade exploradora, na realidade ainda não havia uma explicação fundamentada de qual a razão para aquela situação ter sucedido. -----

-----E gostaria de dar uma achega ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente, porque era ele que já tinha futuras reuniões marcadas com aquelas entidades, sobre uma das afirmações que tinham chegado lá fora, que tinha havido um incumprimento da Patrihotel de manutenção especificada para o edifício, e aquilo bastava lá ir para ver, ele gostaria de dizer que elementos que

trabalhavam no restaurante, na copa, trabalhavam com água pelos tornozelos, por baixo da piscina havia uma discoteca que nunca tinha funcionado, que tinha mais água que a piscina, haviam quartos em que chovia lá dentro, no campo de ténis coberto, de piso sintético, que era o único que havia na Vila de Sesimbra, chovia lá. Portanto ele pensava, que se não havia por parte da entidade exploradora uma manutenção própria para o edifício, teria que haver uma manutenção especificada.

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a administração da Patrihotel tinha cumprido com os pagamentos à “F Turismo”, e que esta mesma entidade lhe dissera que a Patrihotel nunca procedera a quaisquer obras de conservação e manutenção, porque tinha sido ela própria que tinha avançado no mês de Setembro com algumas obras de manutenção e conservação que ainda estavam a decorrer .-----

-----Quanto à questão que tinha sido colocada sobre o “Bloco A” que tinha oitenta e cinco apartamentos e onde funcionava a recepção, o que lhe dissera a administração da Patrihotel é que existiam umas garagens e também algumas salas nesse mesmo edifício, onde era possível conseguirem a sua reformulação de modo a poderem confeccionar os pequenos almoços, mas o que era certo, é que a “F Turismo” estava a aguardar uma resposta da Patrihotel para saber se aquela entidade queria continuar ou não com o contrato de arrendamento com vista a exploração de apartamentos turísticos.-----

-----Em seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que conforme o solicitado os trabalhos estavam suspensos por breves minutos.-----

-----Retomados os mesmos o **Membro Germano de Barros** leu a nova redacção da Recomendação sobre o protocolo da EDP /REN.-----

#### -----**RECOMENDAÇÃO**-----

-----*A Vila da Quinta do Conde, à semelhança do que se passa no restante Concelho de Sesimbra, tem instalados vários Postos e Km de linha de alta tensão, que entram em “conflito” com muitas habitações que têm sido construídas.*-----

-----*Esta situação é tanto mais gritante quanto se verifica em Edifícios Públicos de que é exemplo a Escola Primária que está a ser construída no Conde 1.*-----

-----*A Assembleia Municipal considera portanto que estas situações não devem continuar, pelo que recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra o seu empenhamento para que junto da REN/EDP esta entidade encontra soluções que resolvam definitivamente estes problemas.*-----

-----A Assembleia Municipal deverá também aprofundar esta problemática nas suas Comissões de forma a trazer a este plenário orientações que venham a ser apontadas para a completa resolução deste problema, atentatório da saúde pública dos munícipes e que poderá mesmo pôr em risco as suas vidas. -----

-----Havendo consenso entre as bancadas, **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os três documentos presentes na mesa, o primeiro, uma Moção apresentada pelo Membro Miguel Bastos sobre a questão do “Nó Cego” na saída da auto-estrada para a EN 378.** -----

-----**A Moção foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**Seguidamente colocou à votação o segundo documento presente na mesa, apresentado pelo Membro Germano de Barros e que era uma Recomendação à Câmara Municipal sobre a questão das linhas de alta tensão que envolvia a REN/EDP.** -----

-----**A Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**Por último colocou à votação a Recomendação sobre a possibilidade da Taxa de Conservação de Esgotos ser paga por seis tranches anuais, também esta aprovada por unanimidade.** -----

-----Encerrado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Trabalhos, abrindo a discussão do ponto 1 "**Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia em Matéria de Educação**" informando que aquele ponto tinha baixado à Comissão “B” que não tinha tido possibilidade de reunir. -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** para apresentar uma justificação relativamente àquele ponto e a outros pontos da ordem de trabalhos que tinham baixado à Comissão “B”, mas que por motivos de ordem familiar ele não tinha tido disponibilidade para reunir e discutir com Comissão aquela documentação. -----

-----Por outro lado queria levantar ali uma questão e que no seu ponto de vista obstava que aquela matéria fosse discutida naquele dia, naquela assembleia. E isso prendia-se com o facto de na documentação enviada pela Câmara Municipal, referir na acta, que aquele assunto tinha sido votado por unanimidade, quando tinha conhecimento que os Vereadores do Partido Social Democrático se tinham absterido e com declaração de voto, o que significava que havia necessidade de verificar a documentação para haver uma clarificação quanto ao facto de ter havido ou não unanimidade. -----

-----Em seguida usou da palavra a **Vereadora Felícia Costa** que pensava que havia alguma \*confusão com o Membro Carlos Filipe de Oliveira, porque havia duas propostas em apreço, mas só uma é que era para deliberação da Assembleia Municipal, que era o protocolo de descentralização de competências para a Junta, e esse tinha sido aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Juntamente com esse protocolo de descentralização de competências, tinha vindo um protocolo de cooperação com as Juntas de Freguesia, para apoiar as Juntas de Freguesia numa matéria que já era da competência própria das mesmas, estava a falar do protocolo para apoio às escolas ao nível do expediente e da limpeza.-----

-----Esta era uma delegação própria das Juntas de Freguesia que até ali estava a ser processada pela Câmara Municipal através da Delegação Escolar, a Câmara atribuía à Delegação Escolar uma verba e esta distribuía pelas escolas, a Câmara tinha entendido que não era o procedimento mais correcto e que deveria ser através das Juntas que aquele subsídio às escolas deveria ser feito e não através da delegação escolar, e tinha sido essa proposta de cooperação que não tinha que ser apreciada ali porque se tratava de matéria da competência das Juntas que os Vereadores do PSD se abstiveram. -----

-----Tinham-se abtido com o argumento de que sendo já uma competência própria das Juntas, não deveria a Câmara avançar a propor um protocolo de competências, mas deveria esperar que as Juntas viessem solicitar apoio financeiro á Câmara, mas eles tinham entendido que as Juntas deveriam ser tratadas de outra forma, com mais respeito, com mais dignidade, não queriam estar à espera que as Juntas de Freguesia viessem bater à porta da Câmara a pedir subsídios, portanto adiantaram-se eles a estabelecer o protocolo de cooperação. -----

-----De qualquer forma o protocolo que estava ali naquele dia em causa para ser analisado e votado pela Assembleia Municipal, era o protocolo de descentralização do material didáctico e esse tinha sido votado por unanimidade pelos vereadores do PSD. -----

-----Usou novamente da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que continuava com dúvidas e que não podiam estar ali a deliberar sobre uma coisa da qual tinham dúvidas relativamente ao teor da acta, portanto aquilo que pensava, e que seria o mais correcto é que aquela matéria não fosse naquele dia ali discutida e que baixasse à Comissão. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** tentou esclarecer o Membro Carlos Filipe de

Oliveira informando que de facto havia dois documentos sobre aquela matéria, um deles com a data de 11 de Dezembro de 2002 que era uma carta da Câmara, que tinha feito baixar à Comissão “B” só para conhecimento, é que dizia respeito àquele protocolo de cooperação com as Juntas de Freguesia em matéria de educação e material de limpeza, mas se bem entendia não era isso que estava em causa, o que estava ali para a Assembleia deliberar era a Delegação de Competências, que era um documento que vinha capeado com um ofício da Câmara Municipal com data de 10 de Outubro de 2002.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Odete Graça** que em nome da sua bancada gostaria de colocar algumas questões.-----

-----Em primeiro lugar manifestar a congratulação da CDU por aquele processo que de facto assumia sem dúvida nenhuma um papel importante não só na responsabilização, ela diria mais, na co-responsabilização entre a Câmara e as respectivas Juntas de Freguesia, e ela dizia co-responsabilização porque como era evidente nos documentos não havia ali uma separação no trabalho futuro que iria ser desenvolvido pela Câmara Municipal e pelas respectivas Juntas de Freguesia.-----

-----Pensava que aquele era um processo importante que tinha sido sem dúvida nenhuma fundamental, dum perspectiva legal do enquadramento daquela matéria, mas que ele não teria viabilidade se efectivamente também do ponto de vista político não fossem encaradas aquelas questões dum forma muito mais responsabilizada.-----

-----Pensava que aquele problema também colocava outra questão, que era a valorização das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. E colocava essa valorização porque as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, mesmo à luz da autonomia dos estabelecimentos de ensino, eram aquelas que no presente, ainda continuavam a ser no seu ponto de vista, os chamados “parentes pobres”, ou seja, eram aquelas em que as condições de autonomia eram limitadas, porque a autonomia tinha-se quando se tinha no mínimo capacidade financeira, e se as escolas não a tinham por meios próprios, teriam alguma limitação na sua autonomia. -----

-----Portanto pensava que aquele processo iria reforçar essa valorização do papel das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e por consequência os respectivos educadores e as próprios jovens das escolas.-----

-----As questões que ela gostaria de colocar eram as seguintes: -----

-----Primeiro, independentemente de ser uma questão legal, e ela acreditava que aquilo tivesse sido uma questão previamente discutida com as Juntas de Freguesias, não era dado ali “ênfase” ao relacionamento prévio que tinha havido certamente entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, no tratamento daquele processo. Não duvidava que assim tivesse sido, não duvidava que aquelas questões tivessem sido colocadas entre todos, no entanto pensava que era importante também, provavelmente, não só eles terem esse conhecimento, mas tinham também entre eles o público que também já os tinha habituado a terem manifestações de preocupação nessa área, portanto a importância que as Juntas de Freguesia também tinham assumido na definição dos critérios daquele projecto de delegação de competências. -----

-----A segunda questão era a seguinte: Naturalmente que a capacidade das Juntas de Freguesia com aquela co-responsabilização de mais áreas e de uma maior gestão na área escolar, também pressupunha certamente mais meios humanos. De que forma é que, e tinham ali ao vivo os Presidentes de Junta do Concelho, as Juntas de Freguesia encaravam o seu futuro próximo, que era de facto, a dotação de outros meios, ou de mais meios para dar desenvolvimento àquele processo. --

-----Por último uma questão que eventualmente também seria importante, até porque ela era equivocada de uma forma bastante evidente, que era um aumento de cerca de 14% relativamente às verbas que eram anteriormente atribuídas. Naturalmente que com aquele valor de 14% todos eles se assustavam porque o que ouviam eram aumentos na ordem dos 2 %, tanto quanto possível até abaixo do valor da inflação. Era óbvio, que não estava ali em causa o valor quantitativo final, pensava ela, mas estava ali em causa critérios que tinham sido considerados. -----

-----Era evidente que havia ali questões que eram taxativas, o telefone não aumentava a não ser aquilo que era estipulado por lei, as outras questões eram estipuladas pela lei, mas dava-se conta de valores que vinham ao pormenor, por aluno, por escola, por espaço, portanto isso, necessariamente, eram valências que a própria escola iria ter, para ter melhores condições para gerir, portanto gostaria de saber o porquê do aumento dos 14 %. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Félix Rapaz** que disse que quando discutiram aquele assunto com a Câmara Municipal de Sesimbra, tiveram em mente duas traves mestras, uma delas é que deveria ser uma descentralização harmoniosa e suave, de modo a que não houvesse uma ruptura em termos de funcionamento, porque a Freguesia de Santiago tinha uma determinada preocupação, a Freguesia do Castelo e a Freguesia da Quinta do Conde teriam outra, e a descentralização teria



que ser vista não numa forma uniformizada, mas numa forma sectorizada, ou seja, havia problemas na Quinta do Conde que preocupavam os Quintas Condenses que não preocupavam os munícipes de Santiago, e tinham que ter isso em consideração e já tinha alertado a Câmara Municipal nesse sentido, que os passos seguintes tinham que ser feitos numa forma sectorial. -----

-----Quando aos recursos humanos, ele não sabia a realidade das outras Juntas de Freguesia mas na Junta da Freguesia de Santiago eles não tinham sequer espaço físico, não conseguiam pôr mais uma funcionária dentro daquele espaço, iriam ter necessidade de ampliar as instalações e no futuro não estariam em condições de aceitar muito mais em termos de descentralização. -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que admitiu ter-se equivocado nos documentos, apresentando desculpas à Assembleia Municipal pela confusão que tinha causado. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Germano de Barros** que pediu um esclarecimento sobre as verbas atribuídas às escolas da Quinta do Conde. -----

-----Usou da palavra a **Vereadora Felícia Costa** que disse que começava a responder pela última questão colocada pelo Membro Germano de Barros, tinha sido uma das suas preocupações ao elaborar aquele protocolo tinha sido considerar as verbas atribuídas por número de alunos, portanto estavam a consignar uma verba que era determinada a partir de dois factores de ponderação, um era valor atribuído por escola e outro era valor atribuído por aluno. Portanto na previsão de que até ao final do ano lectivo o número de alunos se iria manter fixo e referia-se à Escola nº 3 do Conde 1, ao funcionar como número de alunos, a verba consignada, previa já para o aumento da escola esse apoio financeiro, obviamente que se houvesse um fluxo de alunos maior para o próximo ano lectivo quando a Câmara repensasse e elaborasse os cálculos para o ano 2004, o número de alunos que estaria na Escola nº 3 seria considerado, portanto a verba aumentaria se o número de alunos aumentasse também, como era suposto que iria acontecer. -----

-----Obviamente que a preocupação da Câmara Municipal tinha sido apoiar as escolas que tinham maior número de alunos, ou seja, tendo uma maior pressão em termos de desgaste, em termos da necessidade de utilização do material, tivessem também verbas suficientes para poder suportar numa forma correcta as actividades pedagógicas que as escolas iriam desenvolver e a sua preocupação em tentar aprovar aquele protocolo com alguma celeridade devia-se exactamente a esse facto, portanto aquele subsídio seria atribuído às escolas tão mais depressa quanto mais depressa aquele protocolo fosse aprovado pela Assembleia Municipal. -----

-----Respondendo ao Membro Odete Graça, obviamente que a Câmara se preocupava, e tinham-na manifestado nas reuniões frequentes que tinham tido com as Juntas de Freguesia, que não bastava descentralizar as competências e até o dinheiro, a Câmara até estava a fazer um pouco ao contrário do que fazia o Governo, que descentralizava as competências e não descentralizava o dinheiro, a Câmara descentralizava as competências e dava mais dinheiro, daí o aumento dos 14 % , achava que estavam a dar um bom exemplo ao Governo.-----

-----Mas obviamente que o dinheiro não era tudo, e as Juntas para poderem concretizar da forma eficaz e operacional como a Câmara pretendia aquelas competências, para poderem fazer um bom trabalho junto da comunidade educativa, precisavam também de meios humanos e de meios técnicos e essa era uma preocupação que todo aquele executivo tinha que defrontar, tinham que pensar e tinham que ver de que forma é que podia haver essa articulação e essa garantia de que as Juntas de Freguesia tinham as condições não apenas financeiras, mas as capacidades e os meios técnicos e humanos.-----

-----Obviamente que a preocupação da Câmara e o trabalho desenvolvido pelos anteriores executivos era um trabalho meritório, as situações iam evoluindo, as exigências iam evoluindo também, há oito anos atrás não se perspectivava a hipótese de ter um computador em todas as escolas, um computador não era entendido como uma ferramenta de trabalho necessária, era considerado um luxo na maior parte das casas e sobretudo nas escolas, mas actualmente um computador era um equipamento pedagógico indispensável para as escolas. Portanto havia cada vez mais exigências que as escolas iam colocando às autarquias, o que provava que havia uma evolução, uma melhoria no sistema de ensino.-----

-----Relativamente ao aumento dos 14 % , podia parecer muito grande, mas se considerassem as verbas que estavam ali atribuídas, estavam a falar de dois mil e tal contos para as escolas todas do 1º Ciclo e do Pré - escolar do Concelho de Sesimbra, o que significava que não estavam a dar muito dinheiro, anteriormente é que estavam a dar muito pouco, dois mil contos para todas as escolas da rede pública, do 1º ciclo e pré-escolar para material didáctico, e material didáctico era uma panóplia muito diversificada de necessidades, e os 14 % de aumento tinha a ver com essa necessidade.-----

-----Pensavam que era uma verba mais ou menos ou moderadamente ajustada àquilo que eram as necessidades das escolas, sobretudo se articulassem aquilo com outro tipo de apoios que a Câmara estava a pretender dar, e num outro apoio que viria ali muito brevemente à Assembleia Municipal,

que era o novo protocolo para as Juntas de Freguesia de manutenção e de pequenas intervenções, e manutenção de equipamentos, no qual estaria também contemplado o apoio para as fotocopiadoras da escola, que até ali também não era dado pela autarquia e que iriam começar a dar. -----

-----Sabia que se estava a demorar e pedia desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, mas estava preocupada com uma informação que tinha tido na última assembleia de escola, exactamente na Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, que o Governo tinha decretado que todos os Ministérios e todas as Instituições Públicas, tinham que fazer um fundo de reserva daquilo que eram as despesas correntes de cada ministério e de cada instituição, por forma a minimizar ou colmatar, ou tentar atenuar os problemas do défice orçamental, o que significaria de uma forma mais ligeira e mais simplificada que todas as instituições, ministérios e organismos do Estado, que o dinheiro que ainda não tinham gasto em despesas correntes já não o podiam gastar, tinham que o cativar, pelo menos parte dele, e guardar para o ano seguinte por forma ao governo conseguir balançar o défice e transferir menos dinheiro para os vários organismos. Aquilo significava, e tinha a confirmação da DREL, que o dinheiro dados pelas autarquias às escolas, para as fotocopiadoras e para material de expediente e limpeza que estava no protocolo de cooperação, ia ser também cativado 4 % desse dinheiro para suprir o défice geral do estado. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira**, para dizer que depois de ouvir a intervenção da Sra. Vereadora, especialmente a última informação que tinha dado, provavelmente os levaria a ser um bocadinho mais espertos, ou seja, se o Governo cativava as verbas, mas eventualmente se eles encontrassem meios de não entregar verbas mas entregar eventualmente em espécie, duvidava que o governo cativasse 4 % da espécie, portanto tinham que ser mais espertos e dançar conforme a música. -----

-----Teriam que rever a questão dos protocolos e ver como é que se apoiaria as escolas, e se esse mesmo apoio não deveria ser dado sempre em espécie e nunca em dinheiro, para evitar exactamente a cativação das verbas e não financiarem défice nenhum.-----

-----Usou da palavra o **Membro António Viera** que disse que falar das novas competências das autarquias locais, num País que era conhecido a nível europeu o que menos percentagem do orçamento do estado transferia para as autarquias, sem primeiro definir um quadro rigoroso e claro das expectativas do país quanto ao modelo de administração pública que se desejava, era certamente uma ironia, mas era preciso que não se perdesse mais tempo naquele processo. -----

-----Queria dizer que na Freguesia do Castelo tinham um universo de setecentos e sessenta alunos, com um total entre professores e auxiliares de oitocentos e quarenta pessoas, tinham uma taxa de analfabetismo de 15 %, e tinham só 4 % de pessoas que frequentavam o ensino superior. ---

-----Queria lembrar que a Junta tinha suspenso no ano anterior para as escolas, três milhões cento e cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e três escudos, como aqueles valores eram de 2001 ainda estavam em escudos, quer para o ensino nocturno, quer para a delegação escolar, ex. jardins de infância, para as próprias escolas, e quer para a própria CERCI, que não sendo uma matéria da responsabilidade da Junta, tinham contribuído para que fosse eliminado o maior número de analfabetos e tinham alguns casos de sucesso. -----

-----Era certo que a Câmara estava a fazer a descentralização, era certo que o Governo exigia a descentralização, mas era preciso também ter algum tempo e alguma paciência para aquelas coisas, se quando introduzissem o POCAL tivessem a sorte de acertar com os próprios programas, e não seria só num ano nem podia ser à má fila, quando todos sabiam o número de analfabetos que existiam no Concelho e no País, portanto era preciso que o governo tivesse alguma ponderação, não podia empurrar tudo ao mesmo tempo, e ele estava convicto que com aquela descentralização nas Juntas de Freguesia as coisas melhorassem, uma vez que não só estavam mais próximas das escolas como também as visitavam com uma certa assiduidade, e levavam a resolução dos problemas de uma forma célere que por vezes a burocracia não conseguia resolver. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Odete Graça** que queria dizer e salientar que aquilo que a Sra. Vereadora tinha referido há pouco relativamente às escolas, era naquele momento muito preocupante para as escolas do 2º e 3º Ciclo, e tinham sido dadas orientações muito claras para que o último duodécimo não fosse conseguido, portanto podiam dizer que as escolas hoje do Concelho de Sesimbra como as escolas do País, iriam certamente viver nos últimos tempos situações muito drásticas, porque tinham recebido ordens muito claras sobre as questões orçamentais, e se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal assim o entendesse poderia facultar fotocópias sobre a orientação que tinha sido dada às Escolas do 2º e 3º Ciclo. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que era para não intervir, mas haviam questões que mexiam com ele próprio e não podia ficar calado, pensava que a delegação de competências era uma coisa que os preocupava a todos e não era bandeira de ninguém, embora o seu partido no Concelho de Sesimbra tivesse desenvolvido ao longo dos últimos seis anos um

esforço significativo para o conseguir, todos sabiam que nunca atingiam os patamares e os limiares que seriam os seus desejos, e ainda naquele dia ali, tinha sido referenciado pelos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia alguns aspectos que os preocupavam e que os limitavam, desde as instalações, ao pessoal, a tudo, mas continuariam a trabalhar para que isso se verificasse. -----

-----Agora o que o preocupava significativamente eram outras questões que iam sendo levantadas e que ele não podia ficar calado, quando o Governo tinha nomeado um Concelho de Administração para a RTP, e essa mesma nomeação apresentava aspectos ilegais, o Governo tinha alterado a Lei, naquele momento estavam em perspectivas Leis de trabalho e de segurança social que parecia que tinham aspectos inconstitucionais, o Sr. Ministro já tinha dito que não alterava a Constituição, só porque não tinha número de deputados suficientes para isso. -----

-----Ele preocupava-se com aquela situação e ainda há pouco o Membro Carlos Filipe tinha proposto, que se o governo lhes tirava o dinheiro, então eles deveriam comprar fotocopiadoras. -----

-----Na sua perspectiva havia qualquer coisa que não andava bem, iriam ver no futuro. -----

-----Usou da palavra o **Membro Augusto Duarte** que disse que a descentralização de competências para as Juntas de Freguesia eram bem-vindas, mas aquelas competências que estavam ali a chegar já se faziam há quatro anos na Junta de Freguesia da Quinta do Conde, mesmo o trabalho das limpezas já o vinham fazendo de sua livre vontade muitas vezes porque achavam que era necessário fazer. -----

-----Queria alertar a Câmara Municipal que para descentralizar as competências tinha que descentralizar as verbas necessárias para que as Juntas pudessem pagar a quem lhes fizesse os serviços, e aproveitava para dizer que precisavam dum terreno onde a Junta de Freguesia pudesse fazer um pequeno estaleiro para guardar o material e as ferramentas. -----

-----Recentemente tinham comprado mais uma carrinha e portanto estavam em condições para receber qualquer competência, pensava que a Câmara estava no bom caminho e deveria continuar a responsabilizar as Juntas de Freguesia, pois eram elas que estavam mais perto das populações. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, **Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia em Matéria de Educação, tendo sido aprovado por unanimidade.** -----

-----Encerrado o ponto 1 da Ordem de Trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal deu em seguida início ao ponto 2 **Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de**

**Condições de Habitabilidade – Aprovação** informando, que sobre aquele ponto da Ordem de Trabalhos tinha dado entrada na mesa uma proposta de alteração àquele projecto, dizia-lhe a experiência de que discutir em plenário propostas de alteração a regulamentos em que havia referência a uma série de artigos não era uma boa política, e se a memória não lhe falhava já uma vez tinham saído daquela assembleia às quatro ou quatro e meia da manhã, precisamente por causa da discussão em plenário da proposta de alteração do articulado de um regulamento, perguntando de seguida à Câmara Municipal se havia alguma urgência especial em relação àquele projecto de Regulamento Municipal, porque se assim não fosse, parecia-lhe mais útil e mais prático baixar à Comissão “B” para uma apreciação com os representantes da Câmara Municipal e depois regressar àquela assembleia numa próxima sessão. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que disse que não viam qualquer inconveniente em aquele assunto ser debatido a nível da Comissão, mas agradecia, caso houvesse possibilidade, de ser incluído na próxima sessão da Assembleia Municipal de 13 de Dezembro, porque era importante que a Câmara Municipal pudesse cumprir com o calendário a que se tinha proposto. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Afonso** para dizer que a sua bancada gostaria se possível ainda naquele dia, ter conhecimento daquela proposta de alteração, porque estavam a fazer baixar à Comissão e ninguém sabia que proposta estava em cima da mesa. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** informou o Membro Carlos Afonso que seguidamente iria ser distribuído a todos os Membros uma fotocópia daquela proposta de alteração.

-----Usou de seguida a palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que poderiam apresentar já naquela mesma assembleia uma explicação sobre a proposta que o PSD tinha apresentado, e eventualmente pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se fazia chegar uma cópia daquela proposta de alteração também à Câmara Municipal, para que no dia da reunião com a Comissão esta já tivesse elementos para discutir. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal informou, que por consenso, “O Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Condições de Habitabilidade”, baixava à Comissão “B” com a anexação da proposta de alteração do PSD/PP.** -----

----- Encerrado o ponto 2 o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à discussão do

ponto 3 da Ordem de Trabalhos “ Plano de Pormenor da Augi 24 da Ribeira do Marchante”, informando que o assunto baixara à Comissão “C” que não tivera oportunidade de reunir. -----

-----Usou da palavra o **Coordenador da Comissão “C” José Carlos Ezequiel** que disse que embora não tivessem reunido tinham tido o cuidado de dar uma leitura em pormenor àquele documento, e muito sinceramente, se o plano de pormenor que era apresentado, não fosse apresentado pelo Vereador que era arquitecto, o Vereador Augusto Pólvora, ele pensaria que aquele plano tinha sido apresentado puro e simplesmente por um pequeno desenhador ou por alguém que resolvera conseguir meter quatrocentos e um lotes, num bocado de terreno que era de uma fraqueza extrema. O projecto não era da autoria do Sr. Arquitecto Pólvora, mas era apresentado por ele, e lamentava que fosse de tão fraca qualidade, dispensava-se de fazer mais comentários pelo que deixava o assunto para uma posterior discussão. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Vereador Augusto Pólvora** que começou por dizer que naturalmente que era ele que era o subscritor da proposta que tinha ido à reunião de Câmara e que tinha ido à Assembleia Municipal, embora aquele Plano de Pormenor tivesse sido conduzido durante o anterior mandato por outro vereador que não ele. De qualquer forma havia já um Plano Parcial de Urbanização para a Ribeira do Marchante do qual ele tinha sido autor enquanto arquitecto, antes de ser vereador, quando trabalhava no Gabinete de Urbanização da Quinta do Conde, e portanto aquele plano na prática era uma alteração a esse Plano Parcial de Urbanização que estava publicado no Diário da República que estava em vigor e que era eficaz. E naquele caso a crítica feita pelo Membro José Carlos Ezequiel também lhe tocava enquanto profissional, porque o Plano Parcial de Urbanização que tinha sido aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, em termos de desenho urbano era muito parecido com aquele que estava ali. -----

-----Portanto, havia ali alterações de uma situação para a outra, naquela altura o plano que era apresentado tinha os equipamentos do lado do terreno municipal, porque a Câmara era proprietária dum terreno confinante com aquele, aquele terreno estava em regime de co-propriedade e tinha quatrocentos proprietários, essa a razão principal porque a solução urbanística apresentava quatrocentas parcelas, era para dar resposta a todos os proprietários, aliás, o Plano Parcial de Urbanização que tinha sido aprovado até previa mais lotes dentro daquele espaço do que aquela solução, porque previa a escola do outro lado do terreno municipal. -----

-----Portanto aquela solução que tinham ali, apresentava já a curto prazo a disponibilização do

terreno para a escola e numa zona já infra-estruturada, uma vez que essa escola iria dar resposta às necessidades da Quinta do Conde e tinha sido já apontada pelo Governo como localização para a Escola Secundária, portanto era importante vir à posse da Câmara já aquele terreno e numa zona já infra-estruturada, uma vez que o loteamento municipal era um processo que estava naquele momento em curso e portanto era um processo que ia depender das capacidades financeiras da Câmara também para infra-estruturar toda aquele espaço, todos tinham a noção que não seria ainda no ano 2003 que isso iria ocorrer, talvez no ano 2004 ou 2005, mas assim ficavam já na posse dum terreno infra-estruturado e numa zona com as ruas alcatroadas e com os esgotos feitos.-----

-----Pensava que a situação de ter aqueles números de lotes estava explicada, tinha a ver com o número de parcelas que aquela Augi tinha, na prática o que tinha acontecido é que cada proprietário que tinha uma parcela de cerca de trezentos metros quadrados, com aquela solução iria ficar com uma parcela de cerca de cento e cinquenta metros quadrados, estava a falar duma proposta de Urbanização com moradias em Banda, naturalmente que cada um tinha a sua opinião, mas não lhe parecia uma situação tão má como a que ali tinha sido apontada, estavam a falar duma situação de moradias, não estavam a falar de zonas de habitação colectiva com ruas de circulação essencialmente pedonal com alguma qualidade no interior dessas ruas. -----

-----Portanto era uma situação de um bairro residencial essencialmente de moradias com alguma qualidade, estava muito longe de ser uma situação de má qualidade, portanto não concordava com a crítica que ali tinha sido feita, naturalmente que se tivesse sido um projecto promovido por um promotor privado poderia não ter aquela densidade poderia ter outra, mas estava a falar duma situação de uma Área Urbana de Génesis Ilegal em que havia que dar resposta à situação criada, e dar resposta com uma solução que resolvesse os problemas dos proprietários dessa Augi e desse resposta às necessidades do município. -----

-----Não havendo mais inscrições o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o “Plano de Pormenor da Augi 24 da Ribeira do Marchante”, tendo sido aprovado por unanimidade.** -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** deu em seguida início à discussão do ponto 4 da Ordem de Trabalhos **“Contribuição Autárquica – Fixação da Taxa a Aplicar na Liquidação Respeitante a 2002”** informando que o assunto tinha baixado à Comissão “B”, que não reunira pelas razões anteriormente referidas pelo Coordenador da Comissão. -----



-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que o actual executivo municipal bem como o anterior, tinham mantido a taxa de 1,2 durante um período de maior desafogo económico ou pelos menos aparente, naquele momento em que as dificuldades não existiam só no estado mas recaiam também sobre os próprios cidadãos, a autarquia vinha numa situação difícil para todos fazer um aumento da taxa de liquidação sobre a contribuição autárquica de 1,2 para 1,3 , o que representava em termos práticos um valor que poderia andar em muitos casos em cerca de mais ou menos 8 % . -----

-----Portanto era mais um sacrifício que se estava a pedir às pessoas e pensava que naquele caso a autarquia devia ter uma colaboração inversa, em vez de exigir mais devia tentar de alguma forma poupar mais, e criar opções e prioridades relativamente às suas actividades para 2003, de forma a não penalizar ainda mais as pessoas, porque já demasiadas cargas sobre as famílias e pensava que se criticavam tanto os outros deveriam dar o exemplo, e não estavam a dar exemplo nenhum. -----

-----Queria lembrar que já no presente, naquela Assembleia Municipal, se tinha aprovado um aumento substancial relativa ao consumo de água e aos serviços inerentes ao consumo de água, portanto estavam todos a aumentar, as autarquias diziam que era por causa do governo, o governo dizia que era por causa do défice, mas a pagar, a pagar era sempre o mesmo, e eles ali que tanto criticavam os aumentos estavam a dar exactamente o mesmo exemplo, e portanto perdiam a autoridade moral para criticar qualquer coisa. -----

-----Usou de seguida a palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que era claro que a incoerência e a lógica do sistema levava àquela situação, era ridículo para qualquer comum dos munícipes, considerar que naquele momento não havia necessidade do Município ter uma taxa de 1,3 %, ele pensava que não tinha qualquer lógica, mas havia pessoas que queriam justificar o injustificável e tinham um critério e uma bitola para um lado e outro critério e outra bitola para outro. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que gostava de dizer ao Membro Miguel Bastos que exactamente o mesmo principio da bitola para um lado e da bitola para o outro se aplicava a ele, porque o raciocínio era igual, porque se a autarquia aumentava porque precisava, o governo aumentava porque precisava, precisavam todos, mas a pagar eram sempre os mesmos, e a questão era, já que eles criticavam tanto que dessem o exemplo. Se no tempo das vacas gordas tinham cobrado 1,2 % e tinham andado a esbanjar como puderam, naquele

momento em tempo das vacas magras, que não era só o tempo das vacas magras das autarquias, eram também o tempo das vacas magras das famílias, criticava-se o governo mas fazia-se exactamente a mesma coisa. -----

-----E a Câmara Municipal já tinha feito o mesmo com a água, tinha andado anos e anos sem aumentar a água um tostão, e de repente como tinham visto que as coisas assim não funcionavam, pimba, tinham aumentado a água da maneira que se viu. -----

-----Em relação à contribuição autárquica tinha-se feito rigorosamente o mesmo, portanto tinham perdido a autoridade moral de criticar, não tinham dado o exemplo. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que apenas tinha pretendido dar alguns tópicos para as pessoas compreenderem, “e para bom entendedor meia palavra bastava”, mas como havia pessoas que não entendiam as coisas se não fossem ditas, eles tinham que acrescentar outros valores, e o Membro Carlos Filipe sabia perfeitamente que o seu partido e o CDS/PP, não estavam minimamente preocupados com a cobrança daqueles que não podiam pagar, continuavam a proteger aqueles que sempre tinham especulado e explorado o País, e isso é que levava àquelas situações, ao contrário do que queriam demagogicamente dizer que a culpa era sempre do mesmo. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que a sua bancada inicialmente não tinha intenção de intervir, mas naturalmente que não deixaram de ficar meio entusiasmados com a questão do aumento a quem, e quem paga o quê. -----

-----E todos eles ali sabiam que ninguém gostava de ser aumentado, a não ser no ordenado, era verdade que eles quando se davam conta dos aumentos sucessivos dos bens do dia à dia, naturalmente que se preocupavam, e a primeira preocupação ia sempre para quem, ou tinha gerido mal ou acabara de gerir, e podiam dizer que não concordavam porque tinham que dar sinal de alguma insatisfação pela má gestão. Mas a verdade é que com aquela posição eles não estavam a castigar, do ponto de vista da sua bancada, quem fez ou não fez a gestão, mas estavam a castigar em primeiro lugar os munícipes, estavam a castigá-los porque de alguma maneira estavam a ser por duas vezes mártires, porque não tinham tido melhores condições em função duma determinada possibilidade financeira, e naquele momento continuavam a não ter porque não tinham possibilidades de haver mais dinheiro. -----

-----Pensava que não sendo naturalmente de bom grado que eles passassem para 1,3% a

contribuição autárquica, a verdade era que em muitos municípios do País já o estavam a praticar, e o município de Sesimbra continuava a não ir tão longe, pensava que inevitavelmente perante a leitura que tinha sido feita logo no início daquela assembleia, como grande desabafo e grande descontentamento dos 308 municípios deste País, onde estavam todas as forças políticas, perante a insatisfação que existia nas pessoas, perante o descontentamento das Juntas de Freguesia, existia de facto um volume de insatisfação a nível do País, sobre as condições que naquele momento os incomodava, ou seja, a falta de capacidade financeira que as autarquias tinham para gerir. -----

-----E depois dizia-se para as autarquias inventarem, as autarquias não podiam naquele momento ir para além daquilo que era a sua área de interferência, e aquela era uma delas, naturalmente que eles podiam dizer numa forma da “avestruz”, para se votar, mas eles tinham que ter a consciência que aquele aumento tinha que minimamente contribuir para uma melhor gestão. Agora aquele contributo para uma melhor gestão, tinha obviamente como primeiro reflexo o novo plano, o plano de actividades que eles iriam encontrar, tinha como primeiro reflexo o andamento, o desenvolvimento e o acompanhamento que aquela assembleia deveria ter relativamente às obras em curso, e que eram marcos importantes da evolução do Concelho de Sesimbra.-----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que o PSD no mandato anterior na Câmara Municipal tinha assistido a uma gestão que se pautou por gastar sem problemas, tinha-se feito alguns investimentos mas tinha-se gasto muito dinheiro, não nos investimentos, noutras coisas, muitas vezes o PSD ali naquela assembleia tinha avisado, tinha barafustado, tinha chamado a atenção da Câmara Municipal para terem cuidado onde é que gastavam o dinheiro, que compromissos é que estavam a assumir, porque o tempo das vacas gordas não durava sempre. Mas a Câmara Municipal respondera que não havia problema, que aquilo eram fantasmas, que o PSD passavam o tempo ali a levantar coisas imaginárias, e que nunca tinham estado tão bem como naquela altura, e tinham assumido responsabilidades dizendo que não havia problemas.-----

-----E iria dar um exemplo, a quinze dias de eleições aquela Assembleia Municipal vem a aprovar um quadro de pessoal que tinha um alargamento brutal, em que a Câmara Municipal tinham passado a ter mais duzentos e trinta funcionários no quadro.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal até tinha dito que nunca tinham estado tão solventes, que tinham a sisa a crescer, que as pessoas vinham a magotes para o Concelho de Sesimbra investir, eles naquele momento estavam a ver, tinha-se feito uma política nitidamente de “Cigarra”, tinha-se

cantado, tinha-se gastado, comido e vivido à grande e tinham-se assumido compromissos que no presente a autarquia tinha alguma dificuldade em recuar.-----

-----Era evidente que as populações necessitavam que se fizesse investimentos, mas eles deviam gerir esses investimentos e essas expectativas em função daquilo que tinham, aquilo era a mesma coisa que uma família que precisava de roupa nova porque tinha que se vestir, precisava de comprar certos bens de primeira necessidade, precisava de se alimentar, mas não havia dinheiro, não podia comprar todos os bens numa situação em que não havia dinheiro, tinha que viver mais remediadamente, tinha que apertar mais um pouco o cinto para passar aquela época e chegar a uma determinada altura e puder melhorar um pouco a sua condição de vida. Mas o que se queria fazer naquele momento na Câmara Municipal de Sesimbra, era continuar a gastar como se gastava antes, a investir ao mesmo nível, quando não havia dinheiro para investimentos, é que ninguém fazia milagres, todos reclamavam e diziam que o Governo tinha que meter ali o dinheiro, o estado tinha que meter o dinheiro e as pessoas entendiam que havia de haver dinheiro para tudo, e ele perguntava aonde é que iam buscá-lo.-----

-----E quando se vinha ali apregoar contra o aumento dos impostos, contra o aumento do custo de vida, o que ele chamava a atenção, é que cabia-lhes naquele momento a eles, aqueles que ali criticavam os aumentos decidir o não aumento, e eles tinham decidido um aumento, iam fazer exactamente igual aos outros, e o motivo, a justificação era exactamente igual à que o governo apresentava.-----

-----O Governo tinha necessidades, tinha despesas para cobrir, tinha um défice, tinha que controlar o défice, a Câmara Municipal dizia que tinham necessidades, não tinham dinheiro, não conseguiam ir buscar a outras fontes, então iam buscar à contribuição autárquica, era exactamente a mesma argumentação, e queria dizer mais, a situação em que viviam naquele momento não era eventualmente, totalmente, do actual governo, era duma situação para a qual foram paulatinamente arrastados.-----

-----Mas a autarquia que aquilo que tinha feito, tinha sido gastar, gastar, agora a quem iam endossar a factura era a população, que iria ter um aumento na contribuição autárquica de 1,2%, para 1,3%, era verdade que se tinha que fazer coisas, mas se calhar a população entenderia muito mais que a autarquia travasse determinados investimentos naquele momento e pudesse até adiar alguns, mas ele sabia que todos os autarcas queriam fazer obra, queriam mostrar obra, porque era a

obra que ganhava votos e queriam continuar a ganhar votos de qualquer maneira. Portanto votassem no aumento de 1,3%, mas não criticassem os outros, porque estavam a fazer exactamente a mesma coisa. -----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que era pena os munícipes não ouvirem o Membro Carlos Filipe de Oliveira, porque se o PSD estivesse na Câmara não tinha dúvida nenhuma que iria pôr a Contribuição Autárquica a 1.3, só que diriam que a culpa era do Governo PS que tinha estado no governo, porque o bode expiatório era sempre o mesmo, esqueciam-se é que nos últimos quatro anos se tinha investido mais do que em muito anos anteriores, ao contrário da política de atirarem areia para os olhos das pessoas de que a Câmara só sabia esbanjar, já diziam aquilo antes das eleições e tinha-se visto qual tinha sido o resultado eleitoral na autarquia de Sesimbra. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Vice-presidente** que começou por dizer que um euro investido nas autarquias era seguramente um euro muito melhor reproduzido em termos daquilo que iria ser a sua utilidade, aquela frase não era sua como era sabido, era uma frase duma pessoa muito importante que governava o País, e a Autarquia de Sesimbra no presente ano, por força do orçamento de estado que restringia a possibilidade das autarquias desenvolverem actividade, e guardava para si a maior fatia da possibilidade de investir, estava em completa contradição com a afirmação do Sr. Primeiro Ministro. -----

-----O Presidente da Associação Nacional de Municípios Fernando Ruas, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Viseu, eleito pelo PSD, ainda naquele dia tinha dito, “O Governo guarda para si a possibilidade de ao nível do programa operacional da cultura, continuar a garantir financiamentos na ordem dos 75 %, mas os museus que fossem da iniciativa das autarquias apenas eram financiados em 50 %”, aquilo era uma medida recente do governo. -----

-----Estavam ali a falar de cerca de trezentos mil euros que a Câmara iria cobrar a mais aos munícipes e que eram proprietários, cujo dinheiro iria ser redistribuído por todos os munícipes, proprietários ou não, e estavam a cobrar a mais trezentos mil euros, porque em termos de transferências directas do orçamento de estado para o Município de Sesimbra estavam a receber a menos trezentos mil euros do que receberiam se as transferências se mantivessem ao ritmo dos últimos cinco ou seis anos. Era fácil de entender, e se mais nenhuma razão houvesse para no ano de 2002 para 2003 a Câmara de Sesimbra colocar a sua taxa de contribuição autárquica em 1.3

aquela razão já era suficiente, mas havia mais razões do que aquela, havia razões de que a Câmara de Sesimbra não tinha esbanjado, estava há meses em poupança. -----

-----Queria dizer que o orçamento que aquela assembleia tinha aprovado para a câmara funcionar em 2002 e que estava em execução, quase no fim, em despesas com pessoal tinha-lhes dado uma possibilidade de aumento de despesas de 2001 para 2002 na casa dos 7%, a execução orçamental até ao dia 31 de Outubro, a Câmara de Sesimbra apenas tinha aumentado as suas despesas com pessoal em cerca de 4,5 %, o que significava efectivamente que a Câmara estava num processo claro de recuo nas suas despesas em naturalmente prejuízo das populações, e estava a fazer esforços no sentido de poupar porque o tempo era de poupar. -----

-----Mas não devia ser só as autarquias a pouparem, a poupança devia ser solidária entre as obras que eram da responsabilidade da Administração Central e das Câmaras, mais, até devia ser superior nas da Administração Central, porque a rentabilidade e a produtividade desses investimentos era menor, como era sabido, nem era preciso ser o Primeiro Ministro a dizer-lo. -----

-----Por outro lado quando se dizia que a Câmara de Sesimbra gastou, gastou, e gastou, era falso, já se tinha dito isso várias vezes, a Câmara de Sesimbra no mandato anterior tinha tido ao seu dispor efectivamente, verbas em aumentos sucessivos anuais razoáveis, mas o investimento que tinha realizado nesses quatro anos, comparado com o período anterior, tinha crescido mais do que aquilo que tinha crescido a receita e naturalmente que tinha crescido o dobro do que tinha crescido a despesa corrente, e a própria despesa corrente tinha tido um crescimento superior aquilo que tinha sido as despesas com pessoal, porque não poupavam com pessoal. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra recusava-se aumentar os funcionários naquilo que lhes competia a eles, que não era a tabela, abaixo da inflação, como se via salários mínimos nacionais abaixo da inflação, que como era sabido era uma referência e servia de anexação a muitas coisas. A Câmara de Sesimbra não fazia essa política, porque entendiam que as pessoas eram a principal riqueza que o país tinha, naturalmente que tentariam noutras áreas ou noutros sectores de actuação fazer aumentos menores, mas no pessoal não, aliás o orçamento de pessoal que viria para apreciação daquela Assembleia e que iria brevemente a reunião de Câmara tinha de facto um aumento confortável, porque se descia a tabela, outras vertentes da remuneração tinham de ser compensadoras para o pessoal, se não o pessoal também não produzia, não pensassem que se conseguia melhorar a produtividade à custa dos ordenados das pessoas, era impossível e estava

provado.-----

-----Mas não estava em causa discutirem se a política do governo estava errada e a da Câmara Municipal estava certa, o que estava em causa, era efectivamente que a Câmara de Sesimbra não só não tinha esbanjado, como tinha lançado obras importantíssimas que estavam no terreno, como era o caso das Escolas, da Biblioteca, do Cinema, as obras de abastecimento de água, o pavilhão Gimno Desportivo da Quinta do Conde, portanto tudo aquilo eram obras cujo esforço de investimento para 2003 iria ser superior ao ano de 2002.-----

-----Portanto a Câmara Municipal de Sesimbra estava a fazer aquilo que o Governo estava a tentar proibir que as Câmaras fizessem, asfixiando-as, a Câmara de Sesimbra tinha que resolver isso por sua conta e risco, e mais, não podia individar-se, só o governo é que podia aumentar a sua capacidade de indevidamento para 2003 em cerca de 1300 milhões de contos, o governo podia individar-se mas a capacidade de indevidamento das câmaras era zero. E tudo isto porque haviam forças políticas que acreditavam no poder autárquico e acreditavam no desenvolvimento do País com base nas Autarquias Locais, e haviam outras que não acreditavam e que achavam que as autarquias eram esbanjadoras, e que eram elas que criavam os problemas do défice do estado, o que era completamente falso e estava mais que provado que as autarquias locais com 10 % da despesa pública, faziam 45 % do investimento. A autarquia de Sesimbra não tinha sido responsável por 45 % do investimento público tinha sido por 90 %, aquela era a realidade e não entendia que um mero aumento de uma décima percentual numa taxa que produzia uma receita acrescida de sessenta mil contos, tivesse que provocar aquela discussão.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Presidente da Câmara** que aconselhou os autarcas do PSD ali presentes a conviver mais com autarcas de outros Concelhos, do PSD naturalmente, para que se apercebessem da unidade que existia em todos os órgãos quer a nível da Junta Metropolitana de Lisboa, quer a nível do Concelho Geral da Associação Nacional de Municípios, quer no Encontro Nacional de Autarcas realizado recentemente em Santarém, do qual já se tinha falado ali no início daquela sessão, porque estava em crer que se convivessem mais e reunissem mais não faziam certas afirmações que ali costumavam fazer.-----

-----Relativamente à contribuição autárquica, em 1998 a generalidade dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa praticava a taxa de 1.3, e numa reunião que tinha havido na Junta Metropolitana, entenderam todos os Presidentes de Câmara presentes de que deviam baixar a taxa

para 1.2 à excepção da Câmara de Alcochete uma vez que era o município que arrecadava menos verbas, porque no momento havia condições para não martirizar tanto os munícipes. -----

-----Tinham transmitido aquilo ao PSD em reunião de câmara, quando discutiram a proposta da contribuição autárquica para o ano de 1999, e o PSD dissera-lhes que era um perfeito disparate estar a votar 1.2 porque estavam obras em curso, havia que arrecadar receitas para fazer face a esses investimentos e como tal se a Câmara propusesse 1.3 eles até votavam favoravelmente, mas a Câmara tinha entendido que face à situação financeira que se vivia no Concelho de Sesimbra, estavam em condições de aplicar a taxa de 1.2, e era por isso que lamentava a falta de coerência do PSD quanto àquela matéria.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** para dizer que a posição do PSD não era incoerente e explicava porquê. Quando as pessoas tinham mais dinheiro no bolso, tinham menos dificuldade em participar na construção e nos investimentos do Concelho e podiam faze-lo com mais facilidade, e naquele momento as pessoas tinham menos euros no bolso e o Sr. Presidente pedia-lhes mais adicionando-lhes mais um esforço. Portanto o que queria dizer é que o esforço das pessoas não era exactamente igual quando tinham mais e davam menos, àquele que quando tinham menos e tinham que dar mais, por isso não havia incoerência na posição do PSD, pelo contrário estavam a ser perfeitamente coerentes, e se a Câmara queria investir aproveitasse o momento em que as pessoas tinham mais possibilidades, não lhes fosse pedir mais um esforço quando tinham mais dificuldades, para compensar o esforço de investimento da Câmara Municipal. -----

-----Querida dizer também ao Sr. Presidente da Câmara que relativamente a conviver mais com companheiros seus, ele dizia-lhe o seguinte: -----

-----Gostava muito de conviver com os seus companheiros e com os camaradas do Sr. Presidente, mas havia coisas que não gostava de aprender dos seus companheiros e que o Sr. Presidente tinha aprendido com os seus camaradas, nomeadamente determinadas pessoas que diziam que o investimento o pior era para as pessoas, porque os acessores e as mordomias o executivo continuava a ter, e isso ele não pretendia aprender. -----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** só para dizer que naquilo tudo o que era triste é que se confundia coerência com demagogia.-----

-----Não havendo mais inscritos o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o



ponto 4 da Ordem de Trabalhos **“Contribuição Autárquica – Fixação da Taxa a Aplicar na Liquidação Respeitante a 2002”**, tendo sido aprovada, por maioria, com seis votos contra do **PSD/PP**. -----

-----Seguidamente o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** apresentou em nome da bancada do PSD/CDS-PP, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

-----“A Bancada do PSD/CDS-PP votou contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Sesimbra para fixação da taxa a aplicar na liquidação respeitante a 2002, no valor de 1,3 %. ---

-----Ao não crescimento ou mesmo à redução de participações do Estrado para as Autarquias, ou ao corte do recurso ao endividamento junto da banca, não podem as Autarquias responder com a tentativa de compensação dessas perdas, baseando-se apenas no aumento de receitas de natureza fiscal ou de serviços. Devem sim procurar racionalizar os custos de financiamento, definir prioridades nas acções, e fazer reflectir essas opções no Orçamento para 2003. -----

-----Compreendemos que esta como outras Câmaras Municipais tenham empenhamento em realizar todas as obras e acções a que se propuseram na campanha eleitoral, mas não podemos esquecer que a conjuntura económica reinante nessa época, ainda que aparente, nada tem a ver com a actual. -----

-----Às famílias está a ser exigido um esforço imenso de contenção, quer pelo facto de já no corrente ano os aumentos de rendimentos se terem afixado abaixo da inflação, perspectivando-se que no futuro próximo se mantenha tal tendência, quer pelo aumento dos impostos, quer pelo aumento generalizado do custo de vida. -----

-----Não podemos assim continuar a sobrecarregar as famílias até à asfixia para que neste caso, os autarcas possam vangloriar-se da obra feita a qualquer custo ou a qualquer preço.-----

-----A Autarquia não é um mundo à parte da sociedade, é sim parte dela e com ela deve comungar das dificuldades ou do desafogo económico e gerir em função da situação real do Concelho e do País. -----

-----Por outro lado, o actual executivo da Câmara Municipal de Sesimbra, em especial os dirigentes socialistas tem grandes responsabilidades na actual situação de debilidade financeira da autarquia, já que, em tempo de vacas gordas, não cuidaram de se precaver para tempos mais difíceis optando por uma gestão tipo cigarra, em que cantaram e gastaram até onde puderam,

tendo mesmo assumido compromissos e responsabilidades que só eram sustentáveis numa situação económica de desafogo. -----

-----Muitas foram as vezes em que o PSD, nesta assembleia, no anterior mandato, chamou à atenção que o nível de compromissos que a Câmara estava a assumir punham em risco o futuro, que a Autarquia estava a ser conduzida para uma situação insustentável pois era de prever que a abundância das receitas seria efémera, sendo que os custos, esses seriam duradouros.-----

-----Chamava-nos catastrofistas, acusavam-nos de andar sempre a agitar o papão da desgraça, afirmavam que a Autarquia transpirava saúde financeira e que os cenários para que apontávamos só existiam na nossa imaginação.-----

-----Infelizmente tínhamos razão ! -----

-----E pensamos que hoje continuamos a ter razão quando apontamos como alternativa à actual situação, uma rigorosa contenção de despesas ainda que esta tenha que ser feita à custa do adiamento de projectos, mesmo que alguns até sejam prioritários. -----

-----Para nós governar significa fazer escolhas, tomar opções, e assumir responsabilidades -----

-----Face às circunstâncias económicas e sociais do concelho, a nossa opção vai claramente para opções políticas que tenham em conta o equilíbrio entre as necessidades de investimento e as disponibilidades económicas dos munícipes nesta conjuntura, por isso mesmo, não podemos aceitar que só a estes sejam pedidos todos os esforços, sendo que aos outros, aqueles que assumiram a obrigação de nos governar, sejam facilitados todos os meios para continuarem a sua gestão, que até hoje se revelou ruínosa. -----

-----Seguidamente o **Membro Miguel Bastos** apresentou em nome da bancada do PS a seguinte

**Declaração de Voto:** -----

----- "A bancada do partido socialista votou favoravelmente a contribuição autárquica, por considerar que há investimentos no Concelho que se têm que manter apesar do estrangulamento que o governo central tem vindo a estabelecer aos órgãos autárquicos. -----

-----As populações não podem ser prejudicadas no empedimento do desenvolvimento do seu Concelho como pretendia uma política de estrangulamento económico para a Câmara Municipal o PSD a nível concelhio". -----

-----Encerrado o ponto 4 da Ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 5 **“Alteração das Condições do Empréstimo contratado pela Câmara**

**Municipal de Sesimbra no Valor de 1 Milhão de Contos** informando que o assunto baixara à Comissão “B”. -----

-----Aberta a discussão e uma vez que ninguém se quis pronunciar o **Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação “Alteração das Condições do Empréstimo contratado pela Câmara Municipal de Sesimbra no Valor de 1 Milhão de Contos” tendo sido aprovado, por unanimidade.** -----

-----Encerrado o ponto 5 da Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu em seguida início à discussão do ponto 6 **“Variante Covas da Raposa/ Porto de Abrigo”** informando que a Comissão “C” já tinha reunido sobre aquela matéria e tinha apresentado uma proposta a plenário. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Coordenador da Comissão “C” José Carlos Ezequiel** que leu a seguinte **Proposta:** -----

-----“*Na sequência da reclamação apresentada por diversos moradores da Fonte Esquerda, Corredoura e Freguesia do Castelo, a Comissão “C” desta Assembleia Municipal, reunida expressamente para estudo e análise do processo levantado pela possível alteração ao traçado da Variante à Estrada Nacional 379, no troço de ligação Covas da Raposa/Porto de Abrigo e após visita aos locais em apreciação, propõe à Assembleia Municipal:* -----

-----1. *Atendendo à existência de um traçado e um princípio de execução efectuado à já vários anos, com todos os custos associados ao planeamento e estudo e início da construção da referida estrada;* -----

-----2. *Atendendo a que a solução inicialmente apresentada parece ser de menor impacto ambiental e visual e de menor complexidade de execução;* -----

-----3. *Atendendo à existência de um novo projecto de traçado ter suscitado uma forte contestação pelos residentes daquela área do concelho, solicitar à Câmara Municipal de Sesimbra e ao ICOR, Instituto de Construção Rodoviária, entidades indirectamente envolvidas em todo este processo, que sejam prestados todos os esclarecimentos e fundamentos técnicos que presidem à possível alteração do traçado inicialmente projectado e eventualmente abandonado sem que se conheçam as razões que o justifiquem”* . -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que estava aberta a discussão do ponto 6 da Ordem de trabalhos **“Variante Covas da Raposa/ Porto de Abrigo”**. -----

-----Usou da palavra o **Vereador Augusto Pólvora** que informou que a Câmara Municipal não tinha sido convidada a estar presente na reunião da Comissão, e pensava que poderia ter sido útil pois poderia ter dar alguns esclarecimentos, porque alguns desses esclarecimentos já tinham sido prestados em reuniões de Câmara e noutros sítios, uma vez que havia compromissos assumidos no PDM e não só, e não podiam ser tratados com alguma ligeireza. Portanto lamentava que não tivesse havido a possibilidade de a Câmara Municipal ter participado nessa reunião e ter discutido aquele assunto de forma mais pormenorizada. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Coordenador da Comissão “C”** que explicou que a razão da Comissão “C” não ter convocado qualquer elemento da Câmara Municipal para a discussão e análise do problema, tinha puro e simplesmente a ver com o facto de o próprio Presidente da Assembleia Municipal ter solicitado à Câmara Municipal toda a documentação possível para se poder fazer uma análise do processo, e esta apenas ter enviado um documento que não tinha qualquer hipótese de se perceber ao que é que se destinava. Portanto a Comissão tinha considerado que não havia elementos dados ou conhecidos da Câmara Municipal que pudessem ajudar a analisar o processo, e atendendo a que a situação lhes parecia que estava muito complicada, muito duvidosa sobre vários pontos, tinha entendido a Comissão solicitar à Câmara Municipal e ao ICOR, que fossem esclarecidos sobre o processo em si, pois tinham trabalhado apenas com base nos documentos fornecidos pelos moradores da Fonte Esquerda da Corredoura. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Ricardo Simplício** que disse que o que estava ali em causa é que estavam perante um traçado ou uma perspectiva de traçado que tinha sido abandonado. Esse traçado parecia à primeira vista, menos dispendiosa a sua execução, com menor impacto ambiental, com menor impacto visual e com menor complexidade de execução.-----

-----Portanto, esse primeiro projecto tinha sido abandonado e o que pretendiam saber eram as razões técnicas, os fundamentos técnicos que o justificava, nada mais, a partir do momento em que dessem uma explicação técnica bem fundamentada para que tivessem abandonado o projecto inicial, por ele tudo bem, mas o que acontecia naquele momento é que a nível de Comissão não havia qualquer tipo de explicação para que aquele traçado tivesse sido abandonado. -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que pediu que lhe explicassem qual era o projecto de traçado que estava em PIDDAC, se era o traçado antigo proposto ou aquele que naquele momento pretendiam fazer. Pensava que deviam ter uma atenção para com as pessoas que estavam

ali, e que já ali tinham estado numa das últimas sessões até às três da manhã, para discutir a matéria ou pelo menos para chamar a atenção daquele plenário e das pessoas actualmente eleitas, deviam ter pelo menos uma atenção, para se tentar dizer alguma coisa às próprias pessoas com algum conteúdo, e a sua bancada tinha comentado isso à pouco, aquilo que a Comissão tinha dito sobre aquela matéria era de facto muito pouco. -----

-----Seguidamente o **Membro Miguel Bastos** disse que aparentemente a intervenção que o Membro Carlos Afonso tinha feito, poderia parecer que tinha cabimento, mas na sua perspectiva não tinha tido realmente cabimento, porque havia ali duas questões que lhe pareciam serem fundamentais. -----

-----Por um lado, a preocupação que eles enquanto órgão municipal deviam ter para com os problemas que os munícipes daquela zona lhes tinham colocado, e por outro lado tinham que ter também a preocupação de antes de tomar uma posição, saberem os motivos que existiam de facto para se ter alterado uma determinada orientação, e isso aquela assembleia continuava sem o saber. -

-----Portanto pensava que a primeira coisa que se tinha que fazer, era solicitar a quem de direito que lhes explicassem porque motivo é que tinha sido alterado o projecto inicial, porque devia existir motivos de força para se tomar uma opção daquelas, porque no PDM estava um traçado que não era aquele que originalmente existia, e enquanto eles não soubessem e não compreendessem aquela questão, estavam descalços, entre aspas, para tomar uma posição. -----

-----Seguidamente o **Membro Ricardo Simplicio** disse que em primeiro lugar concordava integralmente com aquilo que tinha dito o Membro Miguel Bastos, e mais do que isso, a Comissão “C” não poderia ir muito mais além daquelas interrogações que estava ali a pôr, porque em termos técnicos não eram habilitados para isso, as preocupações da Comissão “C” eram aquelas, e não eram só da Comissão, eram de alguns munícipes, e tinham o dever perante esses munícipes de ver esclarecidas essas situações. -----

-----Usou da palavra o **Coordenador da Comissão “C”**, José Carlos Ezequiel, que disse que não tinha gostado da intervenção demagógica e eleitoralista do Membro Carlos Afonso perante os munícipes, até parecia que a Comissão não tinha ligado nada ao assunto, tinha ligado e tinha tratado o assunto como ele devia ser tratado, e estava a dar uma satisfação ao apresentar naquela Assembleia Municipal a questão da forma como achava que ela devia ser tratada, mais não podia fazer. A Comissão não tinha conhecimentos técnicos dados pela Câmara Municipal ou dados pelo

ICOR que deveria ter, como não tinha, tinha tido a delicadeza e a atenção de fazer uma proposta à Câmara e ao ICOR que lhes dessem elementos. -----

-----Agora se a posição do Sr. Vereador Augusto Pólvora não estava de acordo com a da Comissão, era uma posição que eles aceitavam e respeitavam, portanto a posição da Comissão “C” era muito clara, solicitavam à Câmara e ao ICOR que lhes fornecessem documentos para poderem analisar e discutir o assunto, e estavam em simultâneo a dar uma explicação aos munícipes que tinham estado ali até às três da manhã, e para lhes dizer também que o assunto não estava esquecido. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta da Comissão “C ” referente à “Variante Covas da Raposa/ Porto de Abrigo” tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal abriu o Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, tendo usado da palavra o **Munícipe Fernando Baptista** que disse que era curioso acompanhar aquela assembleia por todas as razões, por tudo o que tinha sido dito e congratulava-se com o que tinha sido dito, mas havia coisas que ele sabia mais que aquela assembleia parecia saber, era curioso. -----

-----Por exemplo, não tinha sido dito que o projecto entre as “Covas da Raposa e o Porto de Abrigo” estava concluído. -----

-----Não tinha sido dito que o projecto entre “Covas da Raposa e Carrasqueira” estava ainda em fase de execução e estava prevista a sua conclusão no fim do mês de Janeiro. -----

-----Também não tinha sido dito que o estudo de impacto ambiental não tinha sido feito ainda, situação que o preocupava bastante, porque o estudo de impacto ambiental ia ser feito por uma entidade que era contratada pelo até àquele momento ICOR, naquele momento no Instituto Estradas de Portugal havia uma tremenda confusão e a preocupação dos serviços era a reorganização interna dos mesmos. Tinha havido mudança de Presidente do IEP, o Eng.º Pedro Serra tinha saído e naquele momento estava o novo Presidente o Eng.º Rui Ribeiro Santos e talvez devido a essa preocupação de reestruturação houvesse alguma dificuldade em contactar os serviços. -----

-----Preocupava-o, esperarem que a estrada começa-se a passar pelos terrenos e depois é que iriam reagir, isso preocupava-o bastante, porque de repente encontravam as máquinas a desbravar aquela mata, como aliás já tinha acontecido. -----

-----Queria dizer com aquilo que se não se antecipassem, iriam ver aquela serra que era lindíssima, ser destruída por um aterro que iria atingir nalguns pontos dez metros de altura ou mais.

-----E quando se dizia como defesa e como suporte que aquilo estava dentro do PDM, ele perguntava porque é que o PDM tinha passado por ali e porque é que o PDM tinha sido alterado, se é que tinha sido alterado, porque quando perguntava se o PDM tinha sido alterado ou se aquele sempre tinha sido o PDM ninguém lhe respondia. -----

-----Seguidamente usou da palavra a **Munícipe Maria Helena Quitério** que pediu um esclarecimento à Câmara Municipal em relação ao aumento da água -----

-----Gostava de saber, sendo o pagamento da água efectuado de dois em dois meses e sabendo que o cálculo era regido por escalões, se o mesmo seria efectuado em relação a água gasta mensalmente ou sobre a água gasta nos dois meses, porque se assim fosse iria penalizar muito os consumidores. -----

-----A segunda questão não sabia se era do conhecimento da Câmara Municipal mas devido ao mau tempo nas últimas semanas as ruas não alcatroadas na Quinta do Conde encontravam-se cheias de buracos, de tal forma que algumas estavam quase intransitáveis, agradecia que a Câmara tomasse as medidas necessárias para a passagem mais frequente da máquina, que passava muito raramente, mas que permitia melhorar um pouco aquela situação até ao alcatroamento daquelas ruas. -----

-----Para terminar queria mais uma vez salientar que na Avenida 1º de Maio que era quase uma auto-estrada, continuava a não se ver as passadeiras por falta de tinta, alertava mais uma vez para a gravidade da situação e esperava que a resolução estivesse nos projectos mais urgentes da Câmara Municipal. -----

-----Usou da palavra a **Munícipe Isabel Gomes da Silva** que disse que trazia àquela Assembleia Municipal uma missiva dos alunos que estavam na Escola 2,3 de Santana, no curso de Educação de Infância, a qual iria ler. -----

-----“*Vimos por este meio comunicar que o Curso 8º E, F, da Escola 2, 3 de Santana não tem meios de transporte para quem vem da Quinta do Conde, e nem recebe dinheiro pelo curso nem pelo estágio como foi prometido, este curso não é realizado como os outros e há gente neste curso que não tem possibilidades financeiras, porque há quem se inscreveu no curso para obter o que foi prometido*”. -----

-----Seguidamente disse ter uma questão que se prendia com a Escola da Boa-Àgua. A rua daquela escola estava cheia de buracos, e na assembleia geral de pais, tinha-se falado nessa situação, e tinham chegado à conclusão que pôr brita não resolvia o problema, pois aquela rua tinha imenso movimento devido aos pais irem levar e buscar os filhos à escola. Tinha ficado decidido entre os pais irem falar com o Sr. Vereador Gameiro, para lhe expor o problema da situação do alcatroamento da rua e da ligação da escola ao esgoto. Mas numa outra assembleia que tinham tido a seguir, foram informados que o Sr. Vereador Gameiro tinha dito, que naquele momento não havia dinheiro para efectuar o alcatroamento da rua. -----

-----Outra questão que colocava era o encerramento da rotunda da Rua Serra da Arrábida, e na concelhia de educação, segundo o que lhes tinha comunicado a associação de pais, a rotunda iria ser fechada mas com setas no chão, porque a Câmara não tinha dinheiro para fazer a obra do encerramento da rotunda, achava que já era muita falta de dinheiro para situações em que a Câmara Municipal tinha obrigações.-----

-----Relativamente a uma outra situação e uma vez que era um pouco extensa, iria ler.-----

-----*“Após tomar conhecimento da não inclusão da EBI da Boa-Àgua em PIDDAC para o ano 2003, fiquei revoltada como mãe, pois se neste momento já está em causa a continuidade do ensino secundário na Quinta do Conde, daqui a três ou quatro anos não sei como será o ensino obrigatório. Tenho conhecimento que foram enviadas duas cartas, uma da Sr.<sup>a</sup> Vereadora da Educação e outra pela Concelhia de Educação, ao Sr. Ministro da Educação com um manifesto desagradado. Sei também que a autarquia já disponibilizou os terrenos e que não depende de si a construção dessa escola, mas também sei que tem a quota-parte de responsabilidade e tem a obrigação e o dever moral de se insurgir perante este facto. Serão necessárias outras acções, porque a comunidade escolar, alunos, professores, funcionários e pais encarregados de educação, está desumanizada. Peço então que os dois órgãos aqui representados na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, usem dos meios disponíveis para pressionar o governo a construir esta escola no mais curto espaço de tempo, nós pais, iremos fazer o possível e o impossível para que esta situação se resolva “.* -----

-----Usou da palavra a **Munícipe Elizabete Sanches** que disse que concordava que se tinha que poupar, se tinham que cortar verbas, mas não concordava que no meio dessas poupanças estivessem incluídas crianças, e como mãe solicitava que no mínimo assegurassem o transporte e o subsídio de



almoço àquelas crianças que frequentavam aquele curso anteriormente referido.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que disse que era verdade que haviam muitas obras que eram urgentes para as quais a Câmara não tinha dinheiro e que para terem dinheiro era preciso que houvessem receitas. Era por isso, que para poderem fazer algumas obras tinham aumentado a contribuição autárquica para 1.3, naturalmente que para terem melhores condições para eles e para os seus filhos, infelizmente muitas vezes tinham que ser eles a participar nessas obras, e era através de taxas, de derramas, de licenças, do aumento da água, portanto tinham que ser eles a pagar. Mas a grande verdade também é que face ao dinheiro que a Câmara ia tendo, ia dando prioridades, e a obra da pavimentação do acesso à Escola da Boa-Água seria uma das prioridades relativamente à Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Quanto à questão dos cursos que estavam a ser ministrados a algumas jovens, a Vereadora Felícia iria falar sobre isso.-----

-----Respondendo à questão colocada pela Múncipe Helena Quitério, sobre o aumento da água, informou que o cálculo era mensal, portanto julgava que não havia razão para se preocupar. -----

-----Relativamente às estradas não pavimentadas e com buracos na Quinta do Conde em devido tempo iriam tapar alguns buracos, mas também era bom que soubessem que na Freguesia do Castelo haviam muitos e muitos quilómetros de arruamentos que não estavam pavimentados, portanto as verbas não abundavam e tinham que distribuir “o mal pelas aldeias”. -----

-----Sobre a questão das passadeiras e lombas na Avenida 1º de Maio, estava em crer que algo mais já tinha sido avançado desde a última vez em que tinham ali conversado. -----

-----Em relação à intervenção do Múncipe Fernando Baptista, quer a nível da Câmara quer a nível da Assembleia Municipal, tinham ouvido, tinham explicado também, e estavam sempre disponíveis para conversar quer com os moradores quer com a Comissão. -----

-----Quanto aquele atentado ambiental na zona do cruzeiro, era bom que ficasse esclarecido de uma vez por todas que a Câmara não tinha compactuado com aquele atentado ambiental, tinha tido conhecimento que tinham sido os moradores que tinham detectado a situação, e que tinham agido e bem, chamando a GNR para evitar que aquilo avançasse mais, e assim que ele tinha tido conhecimento tinha avançado.-----

-----Tinha havido participação, embargos, processos de contra-ordenação e notificações para que fosse repostos todo o revestimento vegetal que tinha sido destruído, os processos tinham ido para

tribunal, tinham dado conhecimento à DRAOT que também tinha levantado dois processos de contra-ordenação contra àqueles senhores que tinham criado aquela situação extremamente desagradável. -----

-----No entanto em termos de PDM aquele era um espaço de transição e como tal era possível construir naquele lugar, razão pela qual já existia uma moradia licenciada e uns muros que estavam em construção. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que ofereceu a carrinha de nove lugares da Junta de Freguesia para facilitar o transporte dos alunos da Quinta do Conde que frequentavam o referido curso, para as escolas. -----

-----Seguidamente a **Vereadora Felícia Costa** disse que relativamente aos cursos de formação devia haver alguma confusão, porque na verdade estavam a decorrer naquele momento vários cursos de formação profissional, nas Escolas 2, 3 de Santana, 2,3 de Sesimbra e Escola Secundária de Sampaio, cursos esses que até àquele momento tinham protocolo celebrado entre as Escolas e o Centro de Formação Profissional que garantia o apoio em termos de subsídio, por isso é que haviam cursos que tinham subsídio, nomeadamente o curso de mesa e bar, subsídio esse que era igual ao ordenado mínimo nacional, mais uma verba para o subsídio de almoço. -----

-----No presente ano, as escolas preocupadas com a quantidade de alunos que não se enquadrando dentro dos currículos normais estavam em risco de não completar a escolaridade obrigatória e em risco de abandono escolar, tinham solicitado à Câmara apoio para estes cursos, uma vez que já apoiava os outros cursos anteriores, nomeadamente, no que dizia respeito ao transporte dos alunos que faziam a parte formativa no Centro de Formação Profissional do Seixal.--

-----Entretanto as escola colocaram-lhes uma questão para o ano lectivo em curso, é que o Centro de Formação Profissional não ia avançar, e o apoio que esta entidade e que o Ministério do Trabalho da Segurança Social estava a dar naquele âmbito tinha acabado, no ano em curso não havia verbas para abrir mais cursos. -----

-----As escolas ao serem confrontadas com aquela situação e não vendo avançar os cursos dados pelo Centro de Formação Profissional, nem os alegados e prometidos cursos pelo Ministério da Educação recorreram à Autarquia, que mais uma vez teve que substituir todos eles, ou seja, tinha avançado para apoiar a formação do curso que a munícipe tinha referenciado para Auxiliares de Acção Educativa que estava a decorrer na Escola 2,3 de Santana, este curso não era subsidiado ao

contrário do outro que tinha começado no ano anterior pela seguinte razão: -----

-----O curso anterior era subsidiado com verbas da Administração Central e aquele não era apoiado por ninguém excepto pela Câmara, que assegurava a formação profissional naquele momento por técnicos seus, que estavam a substituir os formadores que deveriam ser dados pelo Ministério de Educação ou pelo Centro de Formação Profissional. Portanto a parte curricular era dada pelos professores da escola, e a parte de formação profissional era dada por dois técnicos da autarquia, que acumulavam aquelas funções, sem ganhar horas extraordinárias, com as funções que exerciam e que tinham que continuar a exercer dentro do Pelouro da Educação. -----

-----Portanto não havia hipótese da Câmara dar verbas, não era da sua competência, aquelas verbas estavam contempladas no programa do Governo para a Educação, nomeadamente para o ensino profissional que não tinha avançado, e deveriam estar contempladas no orçamento do Ministério do Trabalho da Segurança Social que também não tinha avançado, daí que uns alunos tivessem um tipo de apoio e outros alunos outro, e o apoio que a Câmara Municipal estava a dar já era muito grande, os formadores e a parte de formação profissional.-----

-----Apesar de tudo a Câmara ainda tinha avançado com outro tipo de apoio, é que aqueles alunos à partida, porque eram alunos que vinham de todas as áreas do Concelho, nomeadamente da Quinta do Conde, e segundo os critérios estabelecidos pelo Governo para apoio em termo de transportes escolares, nem deveriam ser apoiados em termos de senha de passe para os transportes escolares, porque dizia o regulamento, que os alunos deviam estar matriculados na escola da sua área de residência e não previa situações daquelas, mas ao perceber a dificuldade que aqueles alunos tinham e a necessidade de investir nos jovens do seu Concelho, a Câmara Municipal tinha incluído aqueles alunos e estava a apoiá-los com senhas de transporte na sua deslocação da Quinta do Conde para a Escolas 2,3 de Santana e Sesimbra. -----

-----Agora havia uma questão que tinha sido colocada que era uma questão realmente recorrente que se falava sempre, era a rede de transportes deficitária que o Concelho tinha, mas a Câmara Municipal tinha feito pressão junto da transportadora no sentido de incrementar mais carreiras, no sentido de apoiar a criação de novos circuitos. Mas a autarquia não tinham conseguido com aquelas pressões convencer a transportadora que lhes tinha dito que não, mas que lhes tinha sugerido com uma contraproposta, que a Câmara tinha apoiado, a criação dum passe que servisse simultaneamente para o percurso de Cacilhas para a Cotovia, passando pelo Marco do Grilo, e ao

mesmo tempo também que servisse para o percurso que vinha de Setúbal, portanto seriam passes diferentes, seriam situações diferentes, a transportadora criaria um passe único que certamente ficaria mais caro que um passe que servisse só um percurso, mas que a Câmara apoiaria em termos financeiros. Assim estavam a tentar minimizar o impacto negativo que aquilo tinha, e estavam a dar aos alunos a possibilidade de optar por um ou por outro passe, de acordo com os horários convenientes para cada dia, havia um passe único e a Câmara apoiaria com senhas esse passe. Portanto tinha sido a única coisa que tinham conseguido naquele momento, mas o apoio dado pela autarquia àqueles cursos e àquelas escolas era inequívoca, estavam à assumir mais uma vez aquilo que deveria ser assumido quer pelo Ministério da Educação quer pelo Ministério do Trabalho.-----

-----Encerrado o **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta. -----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Membros que o desejarem fazer. -----